

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANA LÚCIA JUNGER DA FONSECA ALVES

**EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E DITADURA MILITAR EM GOIÁS
(1973-1989): JOGOS INTERNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS**

Goiânia
2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

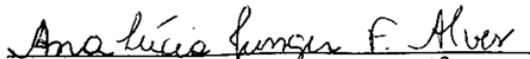
Nome completo do autor: Ana Lúcia Junger da Fonseca Alves

Título do trabalho: Educação Física, esportes e ditadura militar em Goiás (1973-1989): Jogos Internos Da Universidade Federal De Goiás

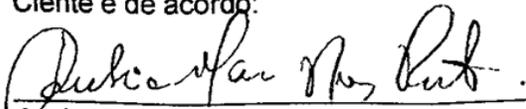
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 20/12/2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

ANA LÚCIA JUNGER DA FONSECA ALVES

**EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E DITADURA MILITAR EM GOIÁS
(1973-1989): JOGOS INTERNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Federal de Goiás como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Estado, Políticas e História da Educação

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rubia-Mar Nunes Pinto

Goiânia
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Junger, Ana Lúcia
EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E DITADURA MILITAR EM
GOIÁS (1973-1989) [manuscrito] : JOGOS INTERNOS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS / Ana Lúcia Junger. - 2019.
LXVI, 66 f.

Orientador: Profa. Dra. Rúbia-Mar Nunes Pinto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação,
Goiânia, 2019.

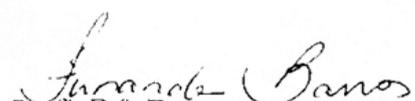
Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, tabelas, lista de figuras.

1. Educação Física. 2. Esportes. 3. História. 4. Ditadura Militar. 5.
Goiás. I. Nunes Pinto, Rúbia-Mar, orient. II. Título.

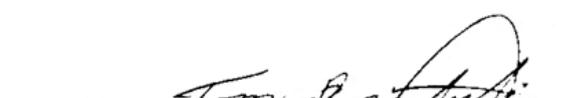
ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE ANA LÚCIA JUNGER DA FONSECA ALVES – Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove (14/10/2019), às 14:00h, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof.^a Dr.^a **Rúbia-Mar Nunes Pinto**, orientadora, doutora em **Educação** pela UFG; Prof.^a Dr.^a. **Fernanda Barros**, doutora em **Educação** pela UFG e Prof. Dr. **Tadeu João Ribeiro Baptista**, doutor em **Educação** pela UFG para, sob a presidência da primeira, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa da dissertação intitulada: *“Educação Física, esportes e ditadura militar em Goiás (1973-1989): jogos internos da Universidade Federal de Goiás”*, em nível de Mestrado, área de concentração em **Educação**, de autoria de **Ana Lúcia Junger da Fonseca Alves**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Prof.^a. Dr.^a. **Rúbia-Mar Nunes Pinto** que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida a autora da dissertação que, em 20 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1537/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a dissertação foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO**, pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da dissertação na secretaria do Programa. Cumpridas as formalidades de pauta, às 17h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação e, para constar, eu, **Leticia Duarte Pereira**, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.



Prof.^a Dr.^a **Rúbia-Mar Nunes Pinto**
Presidente – PPGE/FE/UFG



Prof.^a Dr.^a. **Fernanda Barros**
Membro – UFG



Prof. Dr. **Tadeu João Ribeiro Baptista**
Membro – PPGE/FE/UFG

À vida.

AGRADECIMENTOS

A pós-graduação é um período intenso na vida de quem decide seguir essa empreitada e particularmente na minha, foi um momento de muitas mudanças, conflitos, reflexão e evolução. Por meio do mestrado, reforcei ainda mais meu gosto pela investigação da história da educação, incorporando, no decorrer das disciplinas e orientações, conhecimentos sobre novas formas de olhar para o passado e interpretá-lo.

Minha trajetória no mestrado não aconteceu da forma como eu imaginava e planejava – acredito que raramente aconteça, mas segui, acreditando na relevância da minha pesquisa e tendo o suporte de pessoas sem as quais, direta ou indiretamente, esse trabalho certamente não existiria. Ao longo dos próximos parágrafos, mencionarei estes que caminharam ao meu lado.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Alcyr e Lídia, por todo o apoio e compreensão nos últimos meses. Amo vocês! Ao meu companheiro de vida, Lucas, que mesmo sem entender muito bem o que se passava comigo, ficou ao meu lado o tempo todo, me dando forças, segurando a barra e me convencendo de que tudo ficaria bem. Aos meus gatos, que me faziam companhia durante as noites de escrita e conseguiam arrancar sorrisos de mim mesmo nos dias ruins. Meus irmãos, Thainá e David, pelas longas conversas aleatórias sobre pesquisas e futuro.

Os agradecimentos viajam até o Tocantins, mais precisamente aos meus ex-alunos, os quais despertaram em mim a paixão pela docência e tudo o que envolve o tema Educação. Por isso e também pela compreensão nos momentos em que não pude estar presente em datas importantes, pela torcida pelo mestrado e pelas amizades que se firmaram, muito obrigada! Por falar em Tocantins e amizade, não poderia deixar de fora uma das minhas amigas mais importantes: Ana Carolina, companheira de Instituto Federal que se tornou família. Apesar de termos vivido juntas um dos momentos mais difíceis de nossas vidas, sinto saudades daquele tempo e da companhia diária. Muito obrigada por ter me acolhido em sua casa, pelos conselhos, pelas conversas, pelos momentos memoráveis e por fazer com que eu me sentisse segura mesmo tão longe de casa.

Gostaria de agradecer ainda às minhas grandes amigas Tatiana, Aline e Mariana, com as quais eu pude contar a qualquer momento e em qualquer situação. Muito obrigada por terem sido minha segurança e escape nos momentos de crise, por ouvirem, por falarem, por entenderem as ausências, por se preocuparem, por viverem cada fase desse processo comigo, sem vocês eu nem estaria aqui. Amo vocês!

Agradeço ainda aos docentes que passaram pela minha vida acadêmica durante a pós-graduação, em especial à Diane Valdez, que demonstrou como olhar para as fontes históricas com mais cuidado, respeitando o tempo pretérito; à Valdeniza Maria Lopes da Barra, que provocava nos encontros ótimos debates e nos apresentava autores incríveis; e ao Tadeu João Ribeiro Baptista, professor que nos tirava da zona de conforto, instigando a criticidade do pensamento a todo momento. Ao terceiro, um agradecimento especial por ter aceitado participar das minhas bancas de qualificação e defesa, incluindo contribuições cruciais para a modificação e desenvolvimento da pesquisa. Por aceitar meu convite para as bancas e também pelas contribuições extremamente importantes para este trabalho, agradeço ainda à professora Fernanda Barros.

Por fim, agradeço à professora Rúbia-Mar Nunes Pinto por ter me apresentado a novas possibilidades de se produzir historiografia, por ter me presenteado com o material que serviu de fonte para essa pesquisa e pelo apoio incondicional até o último momento da conclusão desse texto. Além do exposto, preciso agradecer a ela também por ter lidado de forma tão compreensiva e sensível com o problema que enfrento há pouco mais de um ano e que interferiu na minha vida como um todo, principalmente acadêmica e profissionalmente. Nunca me esquecerei de tudo o que fizeste por mim e o quanto lutaste para que a conclusão desse ciclo fosse possível.

RESUMO

A pesquisa, de caráter histórico, tematiza a história da educação física e dos esportes no ensino superior durante o Regime Militar brasileiro abordando a inserção desta prática como componente curricular obrigatório na Universidade Federal de Goiás (UFG) enfocando particularmente as Olimpíadas/Jogos Internos da UFG. Para tanto, Como a UFG lidou institucionalmente com a obrigatoriedade legal da EF instituída pelo Decreto-Lei no 69.450, de 01 de novembro de 1971? Como resolveu problemáticas relacionadas a corpo docente, espaço físico e equipamentos esportivos necessários a implementação da legislação?; Como a EF foi inserida na estrutura institucional da Universidade? Como a EF participou da cultura universitária da UFG no período? Quais as resistências e apoios que encontrou e ou estabeleceu na comunidade acadêmica? Quais os sentidos das Olimpíadas/Jogos Internos da UFG? O recorte temporal abarca o período de 1971 a 1989 e o objetivo principal é realizar uma investigação rigorosa e sistemática sobre o esporte universitário na UFG durante a Ditadura Militar e produzir entendimentos e compreensões sobre o desenvolvimento histórico das práticas esportivas em Goiás. As fontes de pesquisa (leis e decretos federais, livros de atas da coordenação de educação física e desporto (CEFD/UFG), resoluções internas da Universidade Federal de Goiás que direcionaram a prática da educação física; imprensa periódica (noticiário urbano de jornais de Goiânia); fontes iconográficas (fotografias, cartazes e folders), Relatórios técnicos dos Jogos Internos da UFG. As fontes de pesquisa fazem parte do acervo preservado do Centro de Memória e História FEFD/UFG, *locus* que preza por mapear, recolher, documentar, preservar e difundir fontes históricas no campo da educação do corpo, educação física e áreas afins. Como referências foram utilizadas essencialmente Taborda de Oliveira, 2001), Rei et Ludorf (2012) e Pinto et Muniz (2015). Entre os resultados, espera-se obter uma análise sobre os Jogos Internos da UFG e o desenrolar da história da educação física e dos esportes na universidade para explicar a própria história do evento.

ABSTRACT

This historical research focuses on the history of physical education and sports in college education during the Brazilian Military Regime approaching the insertion of this practice as a mandatory curricular component in the Federal University of Goiás (UFG) focusing particularly on the Olympics / Internal Games of UFG. How did the UFG deal institutionally with the legal obligation of physical education instituted by Decree-Law No. 69.450 of November 1, 1971? How did you solve problems related to teaching staff, physical space and sports equipment necessary to implement the legislation? How was physical education inserted in the institutional structure of the University? How did physical education participate in UFG's university culture in the period? What are the resistances and supports that it found and or established in the academic community? What are the meanings of the Olympics/Internal Games at UFG? The time frame covers the period from 1971 to 1989 and the main objective is to carry out a rigorous and systematic investigation on university sports at UFG during the Military Dictatorship and knowledge about the historical development of sports practices in Goiás. The sources of research (laws and federal decrees, books of minutes of the coordination of physical education and sports (CEFD/UFG), internal resolutions of the Federal University of Goiás that directed the practice of physical education; periodic press (urban news of newspapers in Goiânia); iconographic sources (photographs, posters and folders), technical reports of the Internal Games of UFG. The research sources are part of the preserved collection of the Memory and History Center FEFD/UFG, locus that values to map, collect, document, preserve and disseminate historical sources in the field of body education, physical education and related areas. Tabora de Oliveira, 2001), Rei et Ludorf (2012) and Pinto et Muniz (2015) were used as references. Among the results, it is expected to obtain an analysis of the Internal Games of UFG and the development of the history of physical education and sports at the university to explain the history of the event itself.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista aérea das instalações destinadas à prática da educação física no campus II da Universidade Federal de Goiás em 1982.....	27
Figura 2 - Desfile de abertura dos VII Jogos Internos da UFG, 1988.....	44
Figura 3 – Entrega de medalhas da natação durante os VII Jogos Internos da UFG, 1988.....	46
Figura 4 – Tabela contendo os resultados de partidas e os campeões de modalidades nos II Jogos Internos da UFG, 1983.....	48
Figura 5 - Quadro contendo a programação de um dos dias dos V Jogos Intgernos da UFG, 1986.....	49
Figura 6 - Disputa final do voleibol masculino na 5ª edição dos Jogos Internos da UFG, 1986.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	
.....10	
CAPÍTULO I: OBRIGATORIEDADE DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: NOVOS BALANÇOS HISTÓRICOS.....	15
1.1. A implantação da educação física como componente curricular obrigatório nos cursos superiores na Universidade Federal de Goiás.....	19
1.2. Coordenação de educação física e desporto da Universidade Federal de Goiás: origem, funções e intervenção.....	23
CAPÍTULO II: JOGOS INTERNOS DA UFG (1983 A 1989): UM ESTUDO DA COBERTURA JORNALÍSTICA.....	
.....33	
2.1. Mapeando quantidades: uma contabilidade dos temas e questões.....	38
CAPÍTULO III: OS JOGOS INTERNOS DA UFG: A HISTÓRIA CONTADA PELOS JORNAIS.....	
.....43	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa, de caráter histórico, aborda a trajetória da educação física e dos esportes no ensino superior durante a Ditadura Militar vivenciada pela sociedade brasileira no período de 1964 a 1985. Para tanto, problematizo a inserção da disciplina como componente curricular obrigatório na Universidade Federal de Goiás a partir do Decreto Nº 69.450/71, enfocando particularmente a competição esportiva denominada, inicialmente, Olimpíadas da UFG e, depois, Jogos Internos da UFG com a intencionalidade primordial de ampliar o conhecimento histórico sobre a educação física no estado de Goiás.

No meu primeiro ano como professora de educação física do ensino médio, em uma escola da rede federal de educação no interior do Tocantins, eu acreditava que minhas principais preocupações seriam a estrutura humilde e escassez de material encontradas no jovem campus onde lecionava, ou mesmo o calor escaldante que nos castigava durante as práticas ao ar livre, mas eu estava enganada. Porém, era 2016 e, sem que houvesse qualquer inclusão da comunidade escolar no debate ou na sua elaboração, iniciava a tramitação da Reforma do Ensino Médio no Congresso Nacional. Ela foi mais uma medida proposta e institucionalizada de forma autoritária e demasiadamente acelerada pelo governo em questão¹ e que alterava drasticamente a organização deste nível de ensino afetando sobremaneira o futuro da educação.

Em 22 de setembro de 2016, apenas 22 dias após a posse definitiva de Michel Temer, foi publicado por meio de medida provisória (MP nº 746/2016 e posterior Lei nº 13.415/2017) o texto que versava sobre a implementação de escolas de ensino médio em tempo integral e alterava as leis nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabeleciam as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e nº 11.494 de 20 de junho de 2007, que regulamentava o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

¹ A inquietação em relação a esta determinação - além de aspectos presentes do próprio texto - gira em torno da urgência com que foi conduzida e da completa exclusão de membros da comunidade escolar nos debates que culminaram em sua elaboração.

Algumas particularidades na MP nº 746 despertaram atenção especial da mídia (e conseqüentemente da população em geral), que foram elas: “a possibilidade de atribuição do exercício da docência a pessoas com ‘notório saber’ em alguma especialidade técnico-profissional” (FERRETI *et* RIBEIRO DA SILVA, 2017, p. 387), que segundo supõem Cardoso da Motta *et* Frigotto (2017), retira a obrigação ou até mesmo força os estados a não realizarem concursos públicos e levando assim a sucateamentos; e a extinção da obrigatoriedade das disciplinas Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física.

Embora já existam análises e teorias em torno da Reforma, a sua sanção excessivamente recente impossibilita um trabalho profundo em nível de mestrado, mas foi dessa medida - e das incertezas e inquietações provocadas por ela – que surgiu a aspiração para pesquisar a história da educação física durante governos autoritários. A educação física figura entre as publicações que tratam do currículo escolar desde meados do século XIX, quando era chamada de ginástica (OLIVEIRA, 1983). Transitou entre o higienismo no período imperial ao eugenismo e militarismo durante o Estado Novo (FERREIRA, 2005), mas foi na Ditadura Militar que reside o que particularmente considero a mais intrigante aparição da educação física em uma determinação do Estado, o Decreto-lei Nº 701 que em seu artigo 1º torna a prática da educação física obrigatória em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior.

Naquele momento, eu compartilhava a narrativa histórica, consagrada por Castellani Filho (1992) em Educação Física no Brasil: a história que não se conta, que considerava que o Regime Militar comandou uma *política de pão e circo* onde o esporte ocupou lugar central na manipulação das consciências e dos comportamentos; em particular, os militares fizeram uso ideológico da educação física e dos esportes com o objetivo de despolitizar a juventude universitária.

A entrada no curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação possibilitou que eu questionasse tal narrativa, não no sentido de denegar o uso ideológico do esporte, a partir de leituras sugeridas pela prof^a. Dr^a. Rubia-Mar Nunes Pinto, orientadora desta pesquisa. Entre os autores lidos, destaco Marco Aurélio Taborda de Oliveira como o primeiro pesquisador que colocou em xeque a narrativa histórica dominante sobre educação física e ditadura militar. Taborda de Oliveira (2012) demonstrou que *havia mais e* ressaltou que também o interesse corporativo dos

professores de educação física que, então, lutavam pela valorização e difusão da prática regular de atividades física na sociedade brasileira e pela consequente ampliação do seu campo de trabalho.

Pinto e Muniz (2015, p. 689) apontaram outra questão importante para que o Regime Militar arbitrasse tão largamente sobre a educação física e os esportes. Segundo estes autores,

[...] é necessário considerar também que na década de 1970 um movimento internacional veiculava as benesses da atividade física sistemática para a saúde e bem estar de indivíduos e populações e pressionava os poderes públicos nacionais a estimular, em seus cidadãos, a prática regular de exercícios físicos. [...] Eram tempos em que se desenhou a ideia de uma educação física que abrangesse todas as nações do mundo, o que pressupõe a existência de um projeto “no plano mundial, de ação educativa por meio das atividades físicas”, conforme consta no Manifesto Mundial da Educação Física de 1970.

Apesar da vasta e consolidada bibliografia que trata da narrativa histórica da educação física, sobretudo da educação física durante a ditadura militar, resta uma lacuna deixada pela escassez de publicações cujo foco fossem os sujeitos do processo educacional – refiro-me à própria instituição, professores, servidores e, claro, aos estudantes – e não de vozes oficiais e determinações do estado.

Exposto isso, foi necessário tomar distância do que foi determinado pelo Estado e dirigir-se à realidade histórica para definir a problemática da pesquisa, no caso, compreender como a UFG, tão nova, mal estruturada, lidou com o cumprimento da obrigatoriedade da educação física em suas grades curriculares de 1971 a 1996 e realizou as Olimpíadas/Jogos Internos da UFG.

Para tanto, é necessário, além de confrontar a literatura hegemônica, conhecer o contexto global e cooperativo do período em que a legislação foi posta em vigor; analisar resoluções, normativas, atas e documentos internos no geral; e investigar a participação, visão e considerações da sociedade, imprensa e comunidade escolar com relação às Olimpíadas/Jogos Internas da UFG.

A problematização da pesquisa gira em torno do desenrolar da história da educação física na UFG até os Jogos Internos da universidade na década de 1980. Para tanto, algumas questões serviram orientação, como: Como a UFG lidou

institucionalmente com a obrigatoriedade legal da EF instituída pelo Decreto-Lei no 69.450, de 01 de novembro de 1971? Como resolveu problemáticas relacionadas a corpo docente, espaço físico e equipamentos esportivos necessários a implementação da legislação?; Como a EF foi inserida na estrutura institucional da Universidade?; Quais foram as intervenções da Coordenação de Educação Física e Desporto da UFG Quais resistências e apoios encontrou e ou estabeleceu na comunidade acadêmica? Como a história dos Jogos Internos da UFG foram contados através da imprensa local?

O objetivo principal é realizar uma investigação rigorosa e sistemática sobre a inserção da educação física na UFG durante a Ditadura Militar enfocando a principal competição do esporte universitário da UFG para produzir entendimentos e compreensões sobre o desenvolvimento histórico das práticas esportivas em Goiás. Por pensar que o processo educacional na prática se dá pelo conjunto de vários sujeitos e não pela determinação de um decreto, julguei necessário confrontar a bibliografia que normalmente (e quase exclusivamente) é associada à história da educação física.

Dentre as fontes de pesquisa estão documentos como leis e decretos federais que tratam da obrigatoriedade da educação física no ensino superior; documentação institucional: livros de atas da coordenação de educação física e desporto (CEFD/UFG) e resoluções internas da Universidade Federal de Goiás que direcionaram a prática da educação física; imprensa periódica (noticiário urbano de jornais de Goiânia); fontes iconográficas (fotografias, cartazes e folders) recortes de jornais da época e relatórios técnicos. As fontes de pesquisa fazem parte do acervo preservado do Centro de Memória e História FEFD/UFG, *lócus* que preza por mapear, recolher, documentar, preservar e difundir fontes históricas no campo da educação do corpo, educação física e áreas afins.

Utilizando-se do método histórico, que segundo Prodanov (2013, p. 36) tem como foco a investigação de acontecimentos ou instituições do passado com a finalidade de averiguar sua influência no tempo presente, a pesquisa percorreu as etapas de identificação de fontes, estudo das fontes e a escrita de um texto. O estudo das fontes foi inspirado pelas técnicas da análise de conteúdo (BARDIN, 2006; TRIVIÑOS, 1987).

Sendo assim, no primeiro capítulo o texto será dividido entre: a contextualização do momento histórico e dos aspectos educacionais do período – trazendo novas perspectivas históricas que acredito complementar a bibliografia

predominante; os aspectos locais da inserção da educação física como prática obrigatória na UFG, suas dificuldades, resistências, intervenções e tentativas de se fazer cumprir a lei. Nos demais capítulos analisamos fontes provenientes da imprensa periódica que abordou os Jogos Internos da UFG durante a década de 1980 para contar parte da história do evento.

CAPÍTULO I

OBRIGATORIEDADE DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: NOVOS BALANÇOS HISTÓRICOS

A reforma universitária de 1968 (Lei 5.540/68) representou um momento de significativa transformação no campo da Educação Física no Brasil. Segundo Taborda de Oliveira (2001), houve uma expansão na oferta de vagas nos cursos superiores, o que demandaria a formação de profissionais da área; simultaneamente o estado investia na formação de quadro em caráter de emergência, estabelecia uma política setorial para a área da Educação Física e Esportes, estipulava leis específicas para o campo, assim concedendo a ele um aparato legal específico (Lei 5.692/71, art. 7º; Decreto 69.450/71), fomentava meios de publicação e circulação de teorias sobre a área, alavancava a pesquisa e pós-graduação em Educação Física no país, entre outras ações.

Contudo, mesmo se tratando de um período marcado por uma expressiva expansão e mudanças significativas, ainda hoje existe uma relação pequena de estudos que tratam como tema central questões inerentes à configuração da Educação Física escolar no desenrolar da ditadura militar. (LUDORF *et* REI, 2012) Ao fazer o levantamento bibliográfico na busca por referências, foram identificados apenas seis autores que tratam especificamente do tema: Beltrami (1992), Taborda de Oliveira (2001), Pinto (2003), Rosa (2006), Ludorf *et* Rei (2012) e Pinto (2015).

De acordo com Ludorf *et* Rei (2012), a escassez de obras específicas sobre o tema é suprida em larga medida pela leitura de produções que, em sua maioria, não são caracterizadas como trabalhos históricos². Taborda de Oliveira (2011) explica que essas pesquisas estão mais relacionadas às práticas escolares do que à história apropriadamente, mas que

[...] de uma maneira ou de outra, recorrem à história para justificar posições, construir interpretações e alguns até mesmo estabelecer prescrições. [...] Ora, essa influência acaba por reforçar leituras

²(CASTELLANI FILHO, 1988; GHIRALDELLI JUNIOR, 1988; BETTI, 1991; BRACHT, 1992; SOARES *et* al., 1992)

históricas de segunda mão, mesmo que os estudos de caráter histórico não fossem o interesse primeiro dos autores das obras arroladas. [...] Assim, para criticar as práticas escolares da Educação Física, vários autores recorreram a um mergulho na sua história, indicando linhas de continuidade entre o que foi e o que tem sido a Educação Física escolar neste país (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 41-42)

Esta pesquisa não tem por objetivo questionar ou afrontar essas bibliografias predominantes, que por Ludorf *et Rei* (2012, p.484),

[...] apresentam um consenso sobre a consonância entre a prática da Educação Física escolar e os interesses de um governo militar autoritário, fortemente atrelado a uma burguesia nacional, associada ao capital internacional.

Porém, julgo pertinente elencar os principais papéis atribuídos por ela à Educação Física escolar no período histórico supracitado, sendo esta classificada como um instrumento racional e arbitrariamente utilizado pelo estado para:

(a) adestrar fisicamente os escolares, tendo em vista o aumento do rendimento produtivo no mundo do trabalho; (b) formar atletas profissionais, considerando os possíveis benefícios políticos de conquistas esportivas no cenário internacional; e (c) pelo uso político do esporte, desviar a atenção da população de questões sociopolíticas. (LUDORF *et REI*, 2012, p. 484)

Seria inocente afirmar que tais considerações não são assertivas, afinal. Contudo, é possível notar que a relação entre sujeitos históricos e as estruturas sociais, políticas e econômicas compreendida nessa bibliografia é estritamente vertical.

Se pensarmos nesse poder alienante do esporte e que poderia ser arquitetado para anestesiar a consciência do indivíduo controlando suas ações, também podemos pensar que o esporte, por meio de suas ações sociabilizantes, poderia atuar como rearticulador de movimentos políticos contrários aos que vigoravam até então (ARAÚJO, p. 61. 2011)

Além disso, Taborda de Oliveira (2001, p. 30) grifa que, na Educação e Educação Física, a produção historiográfica que rondava os anos 80 baseava-se basicamente

[...] em extrair dos documentos aquilo que eles traziam de uma forma bastante clara, sem se preocupar com as possibilidades não manifestas.

Fez-se uma leitura um tanto açodada de que pareciam ser os documentos, sem levar em consideração o que eles realmente podiam ser ou efetivamente eram. [...] enquadraram-se a história em esquemas predeterminados, orientados por uma concepção determinista do processo histórico, em que os sujeitos aparecem como meros coadjuvantes e vítimas de maquinações engendradas fora da concretude das relações humanas. Essa tradição abstracionista, muitas vezes orientada por um materialismo de tipo economicista, imputou às estruturas sociais a ação dos homens na história, esquecendo-se do duplo movimento de constituição da cultura: homens que produzem história que produz cultura que produz homens.

A pesquisa de Tabora de Oliveira (2011) faz emergir uma nova possibilidade histórica: a participação atuante da corporação de professores de Educação Física na elaboração de políticas públicas para o setor, contrapondo-se à ideia predominante na literatura de que o campo teria servido como mero fantoche nas mãos do estado autoritário para os fins que este bem entendesse. As disposições não só atendiam às demandas, como contavam com a colaboração efetiva dos profissionais da área. Estes profissionais reivindicavam, através de muita luta de representações, mudanças principalmente em “formação e expansão do ensino superior, a formulação de um estatuto epistêmico, a autonomia da área, a criação da pós-graduação, a prevalência do esporte e da técnica e a tentativa de universalização das suas práticas pela via da definição legal dos seus parâmetros” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003b, p. 172).

Embora exista a possibilidade de os profissionais da área na época não compreenderem absolutamente a vinculação da Educação Física à Doutrina de Segurança Nacional e à expectativa de desenvolvimento do governo, indícios permitem detectar uma proximidade entre os interesses do estado e destes profissionais.

É preciso reconhecer que a corporação dos especialistas em Educação Física se fortalecia e buscava redefinir espaços de atuação e afirmação profissional. [...] Assim sendo, os profissionais da área e seus órgãos de representação apoiavam em larga medida as iniciativas governamentais para a Educação Física, ao mesmo tempo em que participavam da implantação das novas propostas de Educação Física no interior da escola. [...] Pensando as políticas públicas como possibilidade de organização de demandas, e o aparato legal como possibilidade de manobra dos grupos subordinados da sociedade, conforme propõe Thompson (1987), os tecnocratas da ditadura não teriam cumprido um papel que, talvez para o nosso desencanto, atendia aos interesses da corporação dos especialistas em Educação Física. (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003, p. 172)

Posto isto, considero oportuno trazer à superfície do debate o conceito de poder cunhado por Hannah Arendt para compreender melhor a correlação entre Educação Física enquanto corporação e o estado durante a ditadura militar. Para a autora, o poder é uma ação de um coletivo que endossa um ou mais indivíduos a agirem por esse grupo, “corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido.” (ARENDR, 1981, p. 36) Através desse aspecto do poder em Arendt, é possível pensar no campo da Educação Física não mais como um mero receptor e executor de políticas educacionais determinadas pelo estado, mas como um grupo organizado em torno de reivindicações comuns, sendo ativo e participante nas articulações que envolviam decisões relacionadas à área.

Outra particularidade do conceito de poder encontrado na obra de Hannah Arendt que acredito poder ser atribuído ao relacionamento entre a área da Educação Física e o governo militar durante a ditadura em pauta, além da característica de ser uma relação de consentimento, é a vinculação do poder ao “momento fundacional” de determinada comunidade. “O poder é o momento que traz as leis à existência, leis que retiram dessa ocorrência primitiva o consentimento que sustentará a manutenção futura das instituições.” (ARENDR apud PERISSINOTTO, 2004, p. 117) Completo, sobre a articulação entre governo e a Educação Física no momento histórico evidenciado, ainda segundo Hannah Arendt (1981, p. 35), que todo governo é dependente de números, alianças, opiniões, mesmo os mais autoritários e nefastos, como foi a ditadura militar no Brasil.

A produção histórica na educação baseada majoritariamente na análise de textos oficiais mostra-se limitada por não conseguir contemplar os sujeitos importantes no processo escolar, isto é, a própria comunidade, e especificidades de cada lugar e tempo. Portanto, pode-se dizer que esta produção não dá conta da realidade no sentido de compreender os conflitos existentes na relação que se estabelecia entre políticas educacionais e suas consolidações no plano da prática escolar. (LUDORF *et* REI, 2012)

As instituições de ensino, segundo Tabora de Oliveira (2011), um espaço contraditório, tinham a capacidade de provocar práticas heterogêneas apesar dos conteúdos hegemônicos expressamente determinados através de aparato legal. Isso porque as aulas eram um espaço relativamente autônomo e devido às particularidades de cada indivíduo, estes eram capazes de assimilar e incorporar de maneiras absolutamente

distintas as influências das mais variadas naturezas, e apresentavam como resultado trabalhos fundamentalmente diversos. “O que os sujeitos fazem com aquilo que as estruturas fazem dos sujeitos? Certamente eles reinventam, dentro dos limites permitidos pelas mais diversas determinações, o seu viver cotidiano” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 366)

Ainda com Taborda de Oliveira (2001, p. 367) sobre os professores:

Não eram simplesmente manipulados ou induzidos, mas faziam opções, conscientes ou inconscientes, mas racionais. Portanto, ainda que não tivessem clareza disso [...], sabiam que eram possuidores de uma “liberdade relativa” ante as determinações estruturais. E, em muitos casos, eram capazes de desafiá-las.

Posta a obrigatoriedade da disciplina educação física em todos os níveis de ensino, outros aspectos da realidade se colocavam entre a decretação da lei e a concretização plena dos já citados objetivos secundários idealizados pelo estado. Entre eles estão a falta de espaços adequados, de recursos, de fiscalização e, inclusive, de professores com formação na área. Taborda de Oliveira (2011) argumenta que a maioria das instituições de ensino, mesmo em regiões onde se havia uma política de Educação Física implantada, enfrentava escassez de espaço e materiais adequados, o que demandava constantes improvisos e adaptações, e que em lugares onde a Educação Física não era objeto de maior sistematização, a situação seria ainda pior.

1.1 - A implantação da educação física como componente curricular obrigatório nos cursos superiores na Universidade Federal de Goiás

A educação física foi instituída como componente curricular obrigatório em todos os cursos de nível superior em 1969 pelo Marechal Arthur da Costa e Silva, então presidente da república, através do Decreto-lei nº 705, de 25 de julho de 1969, no qual se lê:

Art. 1º O artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação: Será obrigatória a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior. Parágrafo único. Os cursos noturnos podem ser dispensados da prática da Educação Física. (Incluído pela Lei nº 5.564, de 1971)

Posteriormente, conforme o regime militar avançava para o seu período mais rígido (PINTO *et* MUNIZ, 2015), um novo decreto, dessa vez o Decreto nº 69.450/71, de 1º/11/1971, substituiu o dispositivo de 1969. O aparato de 1971 incluía determinações mais expressas relacionadas ao conteúdo, privilegiando as práticas esportivas que, segundo o documento, levassem ao desenvolvimento da aptidão física, conservação da saúde e aspectos sociais, como integração do estudando à universidade, consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade; às organizações de associações atléticas e criação de clubes esportivos pelas universidades para possibilitar as práticas, e, Segundo Pinto *et* Muniz (2015, p. 691) “cada curso de graduação deveria constituir um clube esportivo (legislava sobre seus sócios, objetivos, estatutos, formação administrativa, entre outros aspectos) que seria filiado à associação atlética da instituição”; e ainda ia além, determinando quantificação dos tempos, exigência de exames (testes, exames médicos), cálculo dos espaços e registro individual (caráter extremamente disciplinador).

A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade de submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. É assim que no exército aparecem sistemas de graus que vão, sem interrupção, do general chefe até o ínfimo soldado, como também os sistemas de inspeção, revistas, paradas, desfiles, etc., que permitem que cada indivíduo seja observado permanentemente (FOUCAULT, 2010, p. 106)

Quando o decreto que estabelecia a obrigatoriedade da prática da educação física no nível superior foi publicado, a Universidade Federal de Goiás (UFG), criada em 1960, era ainda uma jovem e humilde instituição de ensino, a criação dos campi universitários (as Regionais, atualmente) nas cidades do interior do estado ainda não havia acontecido e não existia sequer o Campus Samambaia (Campus II), que teve suas obras iniciadas em maio de 1971. (PINTO *et* MUNIZ, 2015) A primeira movimentação que indicava um intento de se fazer cumprir o Decreto nº 69.450/71 veio somente em 11 de outubro de 1973 na forma da Resolução nº 060, norma que estabelecia a criação da Associação Atlética Universidade Federal de Goiás (AAUFG), um departamento cujas finalidades seriam inspecionar a prática da educação física na universidade, fomentar eventos de cunho competitivo e fiscalizar o funcionamento dos clubes esportivos universitário.

A ausência de espaços adequados e materiais que atendessem às práticas, impasse para se respeitar a obrigatoriedade elencado na primeira parte desse estudo, era também uma realidade da UFG. A edificação da estrutura física que corresponderia às demandas da prática obrigatória aconteceu tardia e lentamente. De acordo com uma reportagem do Jornal da Universidade de março de 1973 encontrada no Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) da UFG, havia sido expedida àquela data uma ordem de aceleração na construção de oito quadras polivalentes e dois campos de futebol, sendo essa a primeira etapa da construção do então chamado Centro de Educação Física e Desportos, que em seu projeto incluía também a construção de um estádio olímpico, quatro quadras de tênis, doze quadras de voleibol e basquetebol, uma piscina olímpica, uma piscina semiolímpica, uma piscina de saltos ornamentais e um ginásio com capacidade para três mil pessoas. Ainda segundo a publicação, para que as obras fossem iniciadas, a universidade recebeu um milhão e cem mil cruzeiros do Ministério da Educação e Cultura (MEC). No entanto, em Pinto *et* Muniz (2015) compreende-se que o espaço físico da educação física só foi surgindo e se consolidando nos anos 1980. Enquanto o lugar próprio da educação física não existia, a prática acontecia de forma descentralizada, em diversos espaços distribuídos pela cidade. Paula *apud* Pinto *et* Muniz (2015, p.695) relata que

as aulas de educação física eram realizadas nas quadras ao ar livre da Faculdade de Engenharia na Praça universitária, único equipamento esportivo na UFG de então. A carência de lugares próprios redundou em aulas de educação física acontecendo em uma dispersão de espaços na cidade: as dependências da Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás (ESEFEGO) e do Colégio Universitário (COLU) além dos equipamentos esportivos do Serviço Social do Comércio (SESC).

A própria AAUFG, que era o órgão responsável pela fiscalização do cumprimento das determinações federais, não tinha um espaço próprio. Cruvinel Gordo *apud* Pinto *et* Muniz (2015, p.694) descreve que “o primeiro coordenador da AAUFG, professor Silas, ocupava uma ‘salinha no prédio da Polícia Federal’, nas proximidades da Praça Universitária onde se localiza o Campus I da UFG que à época era o único campus universitário da universidade.”

Outro aspecto trazido pela pesquisa de Pinto *et* Muniz (2015) que chama atenção foi a necessidade da UFG criar diversos dispositivos consecutivos até que fosse alcançada uma resolução que finalmente não deixasse qualquer brecha para que se cumprisse a

obrigatoriedade que estava posta. A Resolução nº 060 relativizava a imposição e estipulando a prática como facultativa a alunos de algumas categorias, como os maiores de trinta anos e estudantes do período noturno, e foi revogada três anos mais tarde, em 21 de dezembro de 1976, por meio da Resolução nº 113 que continha apenas oito artigos e surgiu como um dispositivo que endurecia as ações em relação ao cumprimento da obrigatoriedade da prática da educação física.

A Resolução nº 113 instituiu um novo modelo institucional de gerenciamento da educação física na universidade:

A Resolução 113 extinguiu a antiga AAUFG recriando-a com o mesmo topônimo (Associação Atlética Universidade Federal de Goiás), mas desta vez subordinada à Divisão de Educação Física e Desportos que, criada no mesmo ato, se vinculava ao Departamento de Assuntos Acadêmicos (Resolução 113, Art. 10º, 1976). A educação física que, inicialmente, fora aproximada do ensino de graduação era, assim, pelo menos em termos de vinculação institucional, afastada desta instância passando a compor a estrutura de um órgão de controle e registro dos estudantes, o Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAA). (PINTO *et* MUNIZ, 2015, p. 696)

E criou mecanismos de punição para assegurar que a obrigatoriedade fosse cumprida:

Os alunos só receberiam a aprovação se obtivessem frequência igual ou superior a 75%. E aqui a Resolução 113 inseria um dispositivo de regulação da frequência estudantil as aulas de educação física já que estabelecia que os estudantes que não cumprissem a carga horária mínima não poderiam fazer suas matrículas no semestre seguinte. De forma distinta da Resolução de 1973, a Resolução 113 disciplinava a prática da educação física impondo uma penalidade em caso de não acatamento do imperativo legal. (PINTO *et* MUNIZ, 2015, p. 696)

O último documento a tratar sobre a inserção da obrigatoriedade da prática de educação física na Universidade de Goiás surgiu em 1979. A Resolução nº 141, de 05 de dezembro de 1979 ampliava ainda mais a presença da educação física na formação universitária, impondo a obrigatoriedade tanto aos estudantes quanto aos projetos curriculares dos cursos de graduação.

Antes que a Resolução 141 viesse a lume a obrigatoriedade estava posta apenas para os estudantes, o que acarretou inúmeros problemas, entre eles, a indisponibilidade de horários para as aulas da educação física na grade de aula construídas pelos colegiados dos cursos em cada semestre

letivo. Há indícios que sinalizam para grande resistência da comunidade acadêmica da UFG em relação a presença obrigatória da educação física, situação que parece ter perdurado na década de 1980. No Livro de Atas da CEFD, relativo ao período 1981-1996, os colegiados dos cursos de graduação da UFG não colaboravam para que os estudantes pudessem frequentar as aulas, treinar e participar de competições esportivas representando a UFG em nível estadual e nacional. (PINTO et MUNIZ, 2015, p. 697)

Outra mudança decretada pela resolução nº 141 estava em seu Artigo 5º, o qual determina a transformação da divisão da Divisão de Educação Física e Desporto em Coordenação de Educação Física e Desportos (CEFD), vinculando-a a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis.

1.2 - Coordenação de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Goiás: origem, funções e intervenções

Este tópico é dedicado ao estudo da Coordenação de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Goiás (CEFD/UFG) criada mediante a publicação da Resolução 141/1979 e que veio a substituir Associação Atlética da Universidade Federal de Goiás (AAUFG). Os materiais que subsidiaram a pesquisa a respeito deste órgão foram o Livro de Atas da Goiás CEFD/UFG correspondentes ao período de janeiro de 1981 a setembro de 1988 e, como referências, os trabalhos intitulados *Educação Física e esportes na UFG: uma prática fora do lugar (1973-1983)* e *Uma prática em busca de um lugar: a Educação Física na UFG (1980-1988)*, quem vêm a ser os únicos trabalhos produzidos sobre a temática.

As atas elaboradas a partir de reuniões podem ser categorizadas enquanto registros formais de um encontro promovido por um órgão, associação, entidade ou grupo de sujeitos, tanto com seus pares quanto subordinados, visando deliberar sobre assuntos de interesse comum ou repassar informações (SIQUEIRA ESQUINSANI, 2007) e revelam-se um importante recurso de registro histórico e fonte aliada da pesquisa documental.

Encaradas como potenciais documentos de valor jurídico, as atas têm a necessidade de consubstanciarem-se enquanto um fiel registro do que ocorreu na reunião (deliberações, decisões, discussões). Por outro lado, atas também podem servir como uma rica fonte documental, sobremaneira para a história da educação. Dentro desta perspectiva, a ata é entendida como um lugar de memória (Nora, 1993) que, do ponto de vista científico, metodológico ou historiográfico, pode ser mais ou

menos rigorosa, mas, ainda assim, um lugar de memória. (SIQUEIRA ESQUINSANI, 2007, p. 104)

Através da análise dessa fonte foi possível recriar parte da realidade para compreender como a Universidade Federal de Goiás, uma instituição tão nova, desestruturada e localizada no interior de um país tão vasto territorialmente, lidou com a obrigatoriedade da prática da educação física *in loco* e identificar o que representava essa educação física na UFG, seus objetivos, os percalços enfrentados, como ocorriam as aulas e como foi o planejamento e execução dos eventos esportivos sancionados pela CEFD com o intento de promover a visibilidade ao trabalho realizado na instituição e por conseguinte adquirir da comunidade acadêmica a valorização e o reconhecimento da importância da educação física na formação dos jovens.

A Resolução nº 141, de 05 de dezembro de 1979, surgia como a última normativa que envolvia determinações a respeito da prática obrigatória da educação física na UFG e o dispositivo ampliava ainda mais a presença da educação física na formação universitária.

Reproduzindo, quase integralmente os termos do nº 69.450/71, [a Resolução 141/79] mantinha os clubes universitários criados segundo modalidades desportivas afins como unidade de organização (Art. 3º) prescrevendo ainda em seu Artigo 2º que as práticas se caracterizariam com a predominância da natureza esportiva e que seguissem preferencialmente ao aprimoramento das aptidões físicas e conservação da saúde, a integração do estudante na vida universitária e a consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade” (PINTO e MUNIZ 2015, p 696)

A resolução de 79 exibia também algumas novidades, em seu Artigo 1º a educação física e recreativa deveria ser integrada como atividade escolar regular nos currículos de todos os cursos de graduação ministrados na UFG. E o Artigo 5º determinava a transformação da Divisão de Educação Física e Desporto em Coordenação de Educação Física e Desportos (CEFD), sendo extinta a Associação Atlética da Universidade Federal de Goiás (AAUFG).

A CEFD iniciou suas atividades em 1980 e passou a ser, então, o órgão responsável pela educação física dentro da UFG. Entre suas atribuições estavam a organização de aspectos relacionados às aulas, atendimento aos alunos, registros dos

estudantes em diários, suas frequências e avaliações. Apesar do funcionamento da coordenação datar de 1980, só foram encontrados registros das atas a partir de 1981.

O primeiro registro de reunião em ata aconteceu no dia 12 de janeiro de 1981, quando o coordenador do órgão era o professor Murilo Santana. O objetivo do encontro era avaliar o desempenho docente e todos os professores obtiveram resultado considerado ótimo. A avaliação absolutamente positiva dos professores pode induzir ao entendimento que não havia qualquer problema na CEFD e que as atribuições dos professores eram cumpridas de forma infalível. Entretanto, a sequência de registros desse ano nos conta uma realidade diferente.

Em reunião no dia 27 de maio de 1981, o professor Antônio Celso Ferreira da Fonseca adverte os professores em relação às frequentes faltas dos mesmos. Nas palavras de Antônio Celso: “Está faltando conscientização e o diretor deve tomar uma providência ou um meio de contornar as faltas, pois falta sempre haverá, mas também a falta de comunicação entre os professores para um substituir o outro”. (Livro de Atas CEFD, 1981, p. 03 verso) A solução proposta foi melhorar a comunicação entre os docentes, compartilhando entre si endereços e números de telefones. Nesta reunião decidiu-se, também, que o professor que faltasse à aula teria seu ponto cortado.

Ainda na reunião do dia 27 de maio de 1981 muitas pautas concernentes à dificuldade de adesão às práticas esportivas pelos alunos foram levantadas. O pró-reitor de Assuntos Comunitários, professor Jamil, participava do encontro como convidado e aproveitou a oportunidade para fazer algumas considerações. Para ele, o esporte deveria “ser incentivado na escola primária para o aluno não se sentir obrigado e sim se sentir vontade, necessidade de praticar esportes”. (Livros de Atas CEFD, p. 06). Ele também apontou para a necessidade de se promover campeonatos e discorreu sobre a falta de motivação da CEFD, que esta deveria encontrar meios de motivar os universitários a participarem das aulas de educação física e inserirem-se nas práticas esportivas. É possível notar, através dessa colocação, uma resistência dos alunos dos cursos de graduação em relação a prática da educação física.

A reunião transitou ainda por discussões sobre as aulas do Colégio de Aplicação da UFG. O professor Murilo Santana, dirigindo-se ao pró-reitor de assuntos comunitários, afirmou que os professores da Coordenação de Educação Física e Desportos não gostavam do Colégio de Aplicação. Nas palavras da professora Cleusa: “Trabalhar com criança é mais trabalhoso que com o adulto, o aluno reclama quando o professor não dava aula, e também por causa da deficiente programação entre o colégio de aplicação e a

universidade”. (Livro de Atas CEFD 1981, p.06) O professor Jamil, por sua vez, se mostrou absolutamente contrário a essa queixa e não admitia que o Colégio Aplicação fosse excluído das aulas de educação física. Na sequência, os professores sugeriram que a carga horária relativa às aulas para os alunos do Colégio de Aplicação fosse contada em duplicidade.

A lista de reclamações continuava no encontro do dia 27 de maio de 1981, os professores se queixavam sobre a falta de espaço físico adequado, que os obrigada a ministrar aulas a céu aberto, sob o sol forte da capital goiana. Na ocasião o professor Jamil mencionou a criação do clube esportivo, mas não expôs datas ou verbas para o feito. Murilo Santana declarou que haveria um funcionário responsável por levar os materiais esportivos necessários ao local das aulas e que em caso de não cumprimento dessa tarefa, sem o material no local da prática, o professor estaria isento de ministrar a aula, o mesmo aconteceria no caso fosse detectada falta de tratamento nas piscinas. E estabeleceu um procedimento no qual o professor explicaria o ocorrido e se resguardaria de maneira formal.

É possível perceber no início do funcionamento da CEFD fortes sinais de uma desorganização generalizada, entretanto, a partir de 1982 nota-se um esforço tremendo do mesmo órgão na tentativa de alcançar maior visibilidade e valorização da área da educação física em meio à comunidade acadêmica e à sociedade como um todo.

Figura 1 – Vista aérea das instalações destinadas à prática da educação física no campus II da Universidade Federal de Goiás, 1982



Fonte: acervo do Centro de Memórias da UFG

Antônio Celso Ferreira da Fonseca tomou posse como o novo coordenador da CEFD em 1982 anunciando que pretendia dar novos rumos aos trabalhos da coordenação. O novo coordenador acreditava que a imagem da CEFD deveria ser melhorada e só seria possível através de um trabalho bem feito, pedindo que qualquer crítica à gestão anterior fosse evitada. Na primeira reunião de 1982, no dia 03 de fevereiro, estavam presentes os docentes da CEFD e o pró-reitor de Assuntos Estudantis, Osvaldo Guimarães, que estava ali para apresentar planos futuros de atividades para a CEFD. O pró-reitor tinha o desejo de proporcionar uma integração entre a CEFD e a comunidade, nas palavras do mesmo, seria uma “integração de dentro para fora e de fora para dentro.” (Livro de ATAS CEFD, 1982, p. 08 verso) No mesmo encontro ele tratou ainda do projeto de melhoramento do espaço físico da CEFD, cobertura e reforma do piso das quadras.

A partir de 1982 a UFG passou a propor que a CEFD transpusesse os muros da universidade e ocupasse o espaço urbano de Goiânia. Num período em que a capital goiana possuía pouco mais de setecentos mil habitantes e havia apenas uma faculdade de educação física no estado³ é de se esperar que não houvesse muito o que oferecer em relação a práticas corporais na cidade. Embora fosse um município em processo de expansão e desenvolvimento, a questão do corpo não estava centralizada, possuindo ainda

³ A Escola de Educação Física de Goiás (ESEFEGO, posterior ESEFFEGO com a criação do curso de Fisioterapia em 1994) foi criada em 22 de outubro de 1962. (NASCIMENTO, 2009)

muitas lacunas, como a carência histórica na formação de professores. Para a dimensão do lazer e práticas corporais, de modo geral, ainda não havia espaço.

Reclamações dos professores sobre a falta de conhecimento prático e teórico acerca do esporte pelos alunos que chegavam à graduação; resistência do colegiado dos cursos de graduação da UFG em fazer uma grade de horários que oportunizasse aos alunos frequentarem as aulas educação física ou mesmo de fazer funcionar a grade horária proposta pela própria CEFD (Livro de Atas, 1982); as já conhecidas dificuldades em relação aos espaços físicos e recursos materiais (Livro de Atas, 1983 e 1984); falta de respeito e indisciplina dos alunos da graduação que ainda resistiam em aderir às aulas (Livro de Atas, 1985)... a lista de complicações das mais variadas espécies enfrentadas pela coordenação nos seus primeiros anos de funcionamento é extensa, mas em reuniões registradas nesses anos é possível notar o empenho da coordenação e o crescente esforço do corpo docente para solucionar os percalços que surgiam, na tentativa de expandir e consolidar a educação física na universidade e de levar as práticas corporais para além dos limites da mesma.

No ano de 1986 a professora Sônia Maria D'Albuquerque tomou posse como coordenadora da CEFD dando continuidade aos trabalhos feitos pela gestão anterior e também tendo um novo desafio à frente do órgão: movimentar-se para conquistar a abertura do primeiro curso de licenciatura em Educação Física da UFG. A primeira ação da nova coordenadora foi constituir uma comissão responsável pelo projeto do curso de graduação em 13 de março de 1986.

Essa não seria a primeira empreitada em busca da abertura do curso superior em Educação Física na Universidade Federal de Goiás. Uma proposta para a abertura do curso tramitou no ano 1980, seu projeto se encontra no acervo do Centro de Memória e História FEFD/UFG. Segundo Murilo Santana, diretor da então Divisão de Educação Física, em documento destinado ao reitor da UFG em 12 de março de 1980, as justificativas para a abertura do curso seriam:

- a) A maioria dos municípios goianos não dispõe de professores de Educação Física com o Curso de Licenciatura Plena;
- b) Em Goiânia e nas principais cidades do interior goiano proliferaram as escolas de iniciação esportiva, aumentando a procura de professores de Educação Física;
- c) A ESEFEGO não consegue atender a demanda do mercado uma vez que oferece um reduzido número de vagas, 100 (cem) ao ano, e a procura tem sido cada vez maior, sendo que no último vestibular concorreram aproximadamente 400 (quatrocentos) candidatos;

- d) O Governo Federal implantará até o ano de 1986 no estado de Goiás, através da Fundação Estadual de Esportes, vários módulos esportivos que obviamente irão absorver um contingente muito grande de professores de Educação Física.

Entretanto, em 11 de julho daquele ano, o presidente da Comissão responsável por avaliar a proposta, professor José Salum, deliberou: “ Face as exigências contidas na Resolução nº 94-CCEP, principalmente as de natureza material (equipamentos, instalações entre outras), a Comissão entendeu ser inoportuna a criação do Curso de que trata esse processo”. No mesmo documento, porém em despacho feito dois anos mais tarde, em 08 de março de 1982, o professor Osvaldo Moreira Guimarães, pró-reitor de assuntos estudantis da UFG, solicita ao diretor da CEFD/UFG um reexame das reivindicações iniciais contidas na proposta se atentando dessa vez para os aspectos das condições de trabalho naquele período; a infraestrutura da UFG para suportar o curso, como disposição de instalações, equipamentos e outras despesas de ordem financeira e material, considerando as limitações orçamentárias da universidade. Não há registros documentados de que essa solicitação tenha sido atendida e o projeto tenha tido continuidade.

No dia 21 de julho de 1987 a professora Sônia Maria D’Albuquerque, que presidia a comissão para a criação do curso, protocolou nova proposta. Dessa vez, o documento continha um relatório sobre estudos realizados pela comissão, o qual expunha que:

A parte curricular do referido curso foi montada de acordo com a resolução nº 03 de 16 de junho de 1987 que fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Após pesquisa junto aos diversos órgãos da UFG, concluiu-se que esta Universidade tem toda uma infraestrutura para que o curso citado possa funcionar, observando, é claro, que algumas complementações necessitarão ser feitas⁴. Foram feitas previsões com relação às despesas para os próximos três anos. As disciplinas da área de saúde, na qual a Educação Física, por sua própria natureza, se acha ligada, poderão ser cursadas no Instituto de Ciências Biológicas. As disciplinas chamadas pedagógicas poderão ser cursadas na Faculdade de Educação. As disciplinas

⁴ No próprio projeto havia uma lauta dedicada a sinalizar as necessidades mais urgentes para o funcionamento do curso, entre elas: a construção de uma pista de atletismo “bem simples, didática, com piso de Robertã ou material similar”, a cobertura de no mínimo duas das quadras já existentes na coordenação, ambas medidas para contemplarem o ano letivo de 1989; a construção de duas salas de aula, ampliando o prédio da então coordenação, para utilização em 1990; e a aquisição de sessenta carteiras convencionais para alunos e duas mesas para professores.

denominadas técnicas serão ministradas pelos professores de Educação Física da UFG, na Coordenação de Desportos.

A proposta de 1987 trazia também um item intitulado “Justificativa Social e Técnico-Científica”, no qual lê-se:

- a) Técnico-Científica: Visa preparar um profissional capaz de atuar como professor em nível de primeiro e segundo graus. Poderá ainda atuar na área de Pesquisa Científica ou em outros que envolvam Educação Física.
- b) Social: Visa formar um profissional capaz de atuar como planejador e executor de projetos de trabalhos vinculados a estudo e aproveitamento de materiais esportivos e fisioterápicos, visando fins socioculturais.

E dessa vez a justificativa aparecia de forma mais categórica:

Sabe-se que a criação do curso ora pretendido virá preencher uma grande lacuna no tocante à formação de profissionais na área de Educação Física. Em todo o estado de Goiás, existe apenas uma escola de graduação na referida área. A procura tem sido bem maior do que a oferta, haja visto que em um levantamento feito junto à ESEFEGO, constatou-se que a proporção de candidato por vaga foi de 6,5; Em um levantamento feito junto à Associação de Professores de Educação Física do Estado de Goiás, constatou-se que 80% de professores que atuam nessa área, no interior do estado, são leigos; Além de todo o estado de Goiás, Brasília representa um excelente mercado de trabalho que inclusive tem absorvido os profissionais de Goiânia; [...] Na universidade existem 32 (trinta e dois) professores de Educação Física que ministram aulas para os universitários, para os alunos do Colégio de Aplicação e para a Comunidade.

Após algumas alterações no currículo e o aprimoramento de algumas pesquisas (recursos materiais e financeiros) que justificavam a abertura do curso, a proposta final foi aprovada e o curso de Licenciatura em Educação Física da UFG teve seu primeiro ano letivo em 1989.

Ao percorrer, por meio dos documentos mencionados, o cotidiano da Coordenação de Educação Física e Desportos da UFG, não há como passar despercebida a mudança pela qual o órgão passou em relação a aspectos como organização, comprometimento, funções, entre outros. Entretanto, essa evolução não se deu de uma

hora para a outra. Como evidenciado neste capítulo, os esforços da CEFD para se organizar enquanto órgão e, conseqüentemente, a educação física enquanto campo científico já estavam postos nos primeiros anos de atuação da coordenação. A partir do momento em que se esperava da coordenação uma atuação para além das fronteiras da UFG, como percebido em 1982, a CEFD passou a incorporar atribuições além das estabelecidas institucionalmente. Em busca de maior visibilidade, valorização e, ainda, consolidação da educação física no meio acadêmico e em meio à sociedade, a coordenação começou a promover eventos esportivos, como *Fartlecks*⁵ e corridas de rua que agregassem pelos menos parte da comunidade acadêmica, mas que ocupavam lugar por toda a cidade, seja através das disputas de fato, seja pela divulgação maciça por meio de cartazes e folders encontrados pelo espaço urbano.

É provável que a intervenção mais importante e tradicional da CEFD/UFG quando o assunto são eventos de natureza esportiva tenha sido os Jogos Internos da UFG. A competição, que aconteceu anualmente por quase uma década, tendo sua primeira edição em 1982, e ocupava vários espaços dispersos pela cidade, contava com a participação de centenas de atletas entre estudantes da graduação, servidores da UFG e alunos do Colégio de Aplicação, disputando dezenas de modalidades. Esses eventos eram amplamente cobertos pela imprensa da época e o Centro de Memórias da UFG, responsável por abrigar e preservar tantas fontes históricas acerca da UFG, educação física e áreas adjacentes, reúne as publicações cujo assunto eram os Jogos de 1983 a 1989. Foram feitas imersões nesse rico material de estudo, os conteúdos foram categorizados, interpretados e descritos, e o que se espera mais adiante é promover uma democratização do acesso a esse capítulo da história da educação física e dos esportes no contexto da UFG e da própria capital goiana.

⁵ De acordo com Hegedüs (2001), *Fartlek* é um método de corrida praticado em lugares como campos e gramados além dos treinamentos em pistas de competição, combinação de várias distâncias no mesmo treinamento entre 50m e 3000m. A intensidade das corridas era direcionada de acordo com a distância a ser percorrida.

CAPÍTULO II

JOGOS INTERNOS DA UFG (1983 A 1989): UM ESTUDO DA COBERTURA JORNALÍSTICA

Esse capítulo tem por objetivo descrever e analisar a cobertura jornalística realizada pela imprensa goianiense sobre os Jogos Internos da Universidade Federal de Goiás (UFG) no período de 1983 a 1989. Esses eventos foram competições esportivas universitárias realizadas pela Coordenação de Educação Física e Desportos da UFG (CEFD/UFG) integrando o escopo da obrigatoriedade legal da prática de educação física no ensino superior instituída no Regime Militar por meio do Decreto-Lei no 69.450, de 01 de novembro de 1971. Os Jogos contavam, anualmente, com a participação de centenas de participantes entre estudantes, funcionários e professores da UFG - e a partir de 1988 também de estudantes do Colégio de Aplicação (atualmente Centro de Pesquisa e Estudo Aplicado a Educação - CEPAE), novidade que causou reações diversas e mereceu várias menções nas notícias relacionadas aos Jogos naquele ano.

O primeiro evento de natureza esportiva a acontecer na UFG foi a Primeira *Fartlek* em junho de 1982, organizado e realizado pela CEFD/UFG. Daí nasceu a ideia de organizar os Jogos Internos na UFG. Quem nos conta essa história, através de uma matéria publicada no Caderno Esporte da edição de 12 de agosto do Jornal da Universidade, é o professor Antônio Celso Ferreira da Fonseca, coordenador de cinco edições dos Jogos Internos da UFG. O evento foi realizado anualmente entre os anos 1982 e 1991, inicialmente contando com financiamento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e, depois de 1988, continuado pela CEFD/UFG sem o apoio econômico do governo federal e da própria Universidade.

Há indícios de que parte do financiamento para a realização dos eventos originava-se do *bolso* dos próprios professores que trabalhavam na CEFD/UFG além de estabelecimentos de operações e ações marcadas pela *falta* e pela improvisação.

Um dos aspectos marcados pela falta de condições era que a UFG não desfrutava de uma estrutura esportiva adequada para um evento desse porte (e para a prática esportiva) e as várias modalidades eram disputadas de forma descentralizada em diversos espaços esportivos da cidade, como o Clube Antônio Ferreira Pacheco, a Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás (ESEFEGO), o Ginásio Rio Vermelho e também na quadra de esportes da Faculdade de Engenharia da UFG, localizada no Campus da Praça Universitária (PINTO; MUNIZ, 2015). Os espaços e equipamentos para a prática da educação física na UFG foram sendo construídos, morosamente, a partir de 1982, mas não com as condições necessárias para abrigar competições esportivas (OLIVEIRA, 2016).

A utilização da imprensa como fonte documental em uma pesquisa historiográfica é justificada por suas particularidades. Ela é farta em dados, fatos e elementos, e para certos recortes temporais, é uma das únicas maneiras de se reconstituir a história, proporcionando um melhor entendimento das condições de vida, culturas, aspectos políticos e outros elementos de determinada sociedade. A opção pelo uso da imprensa periódica como fonte de pesquisa histórica foi balizada pela compreensão que a imprensa pode possibilitar ampliação do conhecimento sobre as sociedades, especialmente, ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas. Zicman (2012, p. 90) aponta três vantagens da utilização da imprensa como fonte documental da história:

a) periodicidade: os jornais são “arquivos do cotidiano” registrando a memória do dia a dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos; b) disposição espacial da informação: para cada período tem-se a possibilidade de inserção do fato histórico dentro de um contexto mais amplo, entre os outros fatos que compõem a atualidade; c) Tipos de censura: diferentemente de outros tipos de fontes documentais, a imprensa sofre apenas a censura instantânea e imediata. Sob este aspecto mesmo as coleções de arquivos são menos interessantes pelo fato de sofrerem quase sempre uma triagem antes de serem arquivados.

O uso de fontes originárias da imprensa periódica tem também sido valorizado no campo da história da educação sinalizando para a apropriação de um tipo de fonte que, até recentemente, não era mobilizada para estudar a escola e os processos educacionais não escolares a partir da história. De acordo com Nóvoa (2002, p.11), “[...]”

a análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas, também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente”.

Nesta direção, ainda com Nóvoa (2002), entendemos que a imprensa periódica contempla múltiplos atores sociais representando ligações entre o Estado e a vida cotidiana dos cidadãos, o que indica que especialmente os jornais podem expressar valores sociais e informar educando e/ou manipulando os indivíduos para determinadas formas de organização social e cultural. Para Nóvoa (2002, p. 31),

As suas páginas revelam, quase sempre a “quente”, as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época. A escrita jornalística não foi ainda, muitas vezes, depurada das imperfeições do quotidiano e permite, por isso mesmo, leituras que outras fontes não autorizam.

Os historiadores da educação no decurso das últimas décadas têm se debruçado sobre novas fontes de pesquisaprocurando encontrar registros no tempo pretérito sobre os caminhos percorridos pela história da educação. A imprensa tem se configurado, seguramente, como uma dessas novas fontes possibilitado, por meio de diversas interpretações, a constituição do retrato de um tempo. (SCHELBAUER, 2007)

Ainda sobre o aumento do uso da imprensa como fonte de pesquisa histórica no meio acadêmico, sigo com Carvalho *et Filho* (2007, p. 53):

Os estudos que utilizam a imprensa como referência para a compreensão da realidade brasileira, nos últimos tempos, têm se desenvolvido muito nos meios acadêmicos, notadamente na área da história. Assim a conjugação da informação jornalística com a metodologia histórica tem se mostrado produtiva para ambas as áreas.

A imprensa periódica, essencialmente quando formativa, é uma categoria de documento que fornece aos historiadores a medida mais aproximada da percepção que a sociedade tem de sua época e de seus problemas, mesmo quando o jornal não está livre de manifestações críticas e opinativas e omissões deliberativas. “A imprensa como um meio de expressão das mais diferentes tendências reivindicatórias apresenta os problemas

como foram vistos e sentidos pelos participantes – coloridos, portanto, pela própria vivência da situação”. (Camargo, 1975)

De outro lado, as fontes de pesquisa aqui usadas podem ser inseridas no campo do jornalismo esportivo, campo *inventado* no Brasil dos anos 1930 tendo a referência o trabalho do jornalista Mario Filho sobre a presença do negro no futebol brasileiro (SOARES, 1999), e em plena expansão, profissionalização e especialização nos anos 1970 e 1980. Conforme Sousa (2005, p. 6),

Os grandes jornais começaram a incluir cadernos de noticiário esportivo regularmente em suas edições a partir da década de 1960. Nos anos em que a imprensa brasileira esteve sob forte censura militar, o jornalismo esportivo se desenvolveu de forma rápida, com o crescimento da cobertura em jornais, revistas, rádios e televisão.

Nos anos 1970 e 1980, surgem e se consolidam inúmeras revistas especializadas em esportes, em especial, o futebol coroando mesmo um processo iniciado com o surgimento dos suplementos e cadernos de esportes nos anos 1960 (CARVALHO, 2007, p. 5) fazendo parte da estratégia mercantilista do mundo editorial que *revitalizou* os jornais satisfazendo a

[...] necessidade de estender a notícia, de satisfazer em profundidade a sede recém despertada pela informação com o advento da TV. Data daí, ainda, as primeiras coberturas especializadas, como a de economia no JB e os primeiros exemplares do conhecido, hoje, como suplementos de turismo, no jornal Folha de S. Paulo.

Para o pretendido no capítulo, foram recolhidas e estudadas fontes impressas no Centro de Memória e História da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás (CEMEHIS FEFD/UFG)⁶. Esse material compõe os Relatórios Técnicos que registraram e esquematizaram cada edição dos jogos e que, por sua vez, segundo relatos, eram uma exigência do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que financiava o evento no escopo da legislação federal que tornou obrigatória a prática de educação física nos cursos de graduação das universidades brasileiras.

⁶O Centro de Memória e História FEFD/UFG é um lócus que preza por mapear, recolher, documentar, preservar e difundir fontes históricas no campo da educação do corpo, educação física e áreas afins.

A retirada do financiamento do MEC - ocorrida após a Constituição de 1988 que extinguiu a obrigatoriedade legal da prática da educação física na educação superior - justifica, inclusive, o recorte tratado neste capítulo (1983-1988) dado que a retirada do MEC daquele contexto ocasionou grandes dificuldades para a realização dos Jogos tendo como uma de suas consequências a não produção dos Relatórios Técnicos, exigidos pelo MEC a título de prestação de contas, das últimas edições dos Jogos. Não foram encontrados Relatórios Técnicos - e o noticiário pertinente - relativos aos Jogos Internos da UFG dos anos de 1989, 1990 e 1991 (última edição do evento) no CEMEHIS, o qual preserva um acervo documental destes eventos composto por periódicos, livros, boletins, fotografias, troféus e medalhas, entre outros.

Tal documentação foi digitalizada logo no primeiro contato para que pudessem ser constantemente consultados sem que a manipulação prejudicasse seu estado de conservação. Quanto a organização das fontes para estudo, de início, foi feita uma organização cronológica das fontes, etapa que permitiu ter uma visão panorâmica dos acontecimentos e, portanto, constituindo já uma pré-análise das fontes.

A partir daí foi possível continuar o processo de estudo e interpretação das fontes através da identificação dos títulos das publicações e do desenredar dos textos que ensejou a produção de pequenas descrições temáticas de cada matéria, o que possibilitou constituir algumas categorias de análise. Esta operação organizatória deu origem ao Quadro 1 no qual os textos jornalísticos foram identificados por título, veículo/jornal e data de publicação. Um segundo momento ensejou a produção do Quadro 2 contendo, além de título, veículo/jornal, autoria e data de publicação, uma descrição temática dos textos e temas e questões por eles destacadas.

Optei por trabalhar com as categorias recorrência e singularidade para realizar uma análise o noticiário sobre os Jogos Internos da UFG (1983-1989) possibilitando identificar temas e assuntos que mais chamaram a atenção da imprensa local bem como detectar questões únicas, incomuns pela sua singularidade. A análise realizada trabalhou com o cruzamento entre aquilo que se repete e aquilo que é único. A expectativa aqui posta é de identificar temas e questões que noticiário jornalístico estava colocando aos *olhos* da sociedade goianiense para, em última instância, compreender como a imprensa periódica local retratou as competições esportivas universitárias em um período de distensão e fechamento do ciclo de autoritarismo implantado no Brasil pelo Regime Militar a partir de 1964.

Num segundo momento, a partir da produção do Quadro 2 e do retorno a cada um dos textos publicados nos jornais, fazer uma espécie de descrição dos Jogos conforme o noticiário para recompor o que aconteceu nas edições dos Jogos Internos aqui estudadas.

2.1. Mapeando quantidades: uma contabilidade dos temas e questões

O que as quantidades nos dizem sobre temas e questões postas pela imprensa periódica para a sociedade goianiense sobre a educação física, esporte e a universidade? Em busca de respostas possíveis a esta questão norteadora fizemos o balanço quantitativo das matérias jornalísticas identificando temáticas e questões por elas destacadas a partir da exposição panorâmica das fontes em quadro que recortou data, veículo/jornal e título da publicação e da produção de uma sucinta descrição temática dos textos.

Foram contabilizados 62 textos jornalísticos publicados em um total de 05 jornais, qual sejam jornal O Popular, jornal Diário da Manhã, jornal Folha de Goiás/Folha de Goyaz⁷, Jornal da Segunda e Jornal da Universidade. A primeira vista, o Quadro 1 permite identificar que o desenrolar das competições, nível técnico dos atletas e competições e resultados dos jogos que foram noticiados em 27 textos sendo seguida de notícias e editoriais sobre as cerimônias de abertura dos Jogos Internos da UFG que apareceram em 17 textos. Um espaço significativamente mais reduzido foi dado à questão do financiamento e das condições materiais para a prática de educação física e esportes na UFG e, especialmente, dos Jogos Internos.

Contudo, olhando as contabilidades com maior cuidado é possível pensar que, como acontecimentos únicos em cada competição, as cerimônias de abertura ocorreram apenas 05 vezes enquanto as competições e jogos, por exemplo, foram realizadas as centenas. Relativizando os números, pode considerar que as aberturas dos Jogos Internos da UFG podem ser consideradas a temática mais largamente coberta pelos jornais da capital goiana.

A recorrência de notícias sobre aqueles momentos que iniciavam os Jogos Internos da UFG parece expressiva de um recorte jornalístico que recaiu muito

⁷ Foram encontradas as duas formas para nomear o Jornal.

menos sobre o dia a dia dos jogos e competições sediadas pelos eventos e muito mais sobre o cerimonial, o espetacular e o festivo representado nas atividades de abertura dos Jogos Internos, se considerarmos que os períodos de disputas eram muito mais longos do que o da cerimônia. Pode-se também, conforme alerta Sobrinho (2004, p. 1) cogitar que estava em curso a transformação do lema olímpico “o importante é competir” transformou-se em “o importante é aparecer na mídia” e, neste sentido, ao centralizar estes aspectos - cerimoniais, espetaculares, festivos - acaba por secundarizar o propriamente esportivo.

Quadro 1 – Títulos de todas as notícias encontradas no acervo, seus respectivos periódicos e datas de publicação

Título/sub-título	Jornal	Data de publicação
“Olimpíada será aberta no dia 4”	Diário da Manhã	26/10/1983
“Desfile abre a 2ª Olimpíada da UFG, esta noite”	Diário da Manhã	04/11/1983
“UFG abre hoje a Olimpíada Interna”	O Popular	04/11/1983
“II Olimpíada na UFG”	O Popular	04/11/1983
“II Olimpíada Interna da UFG”	FG	05/11/1983
“Olimpíada da UFG é aberta com desfile”	Diário da Manhã	05/11/1983
“UFG abre olimpíada com bonita festa”	O Popular	05/11/1983
“II Olimpíada da UFG já pega fogo”	Folha de Goyaz	06/11/1983
“UFG: Comunicação e Veterinária vencem”	Diário da Manhã	06/11/1983
“II Olimpíada Interna da UFG” – Quadro com a programação	O Popular	06/11/1983
“UFG em ação”	Folha de Goyaz	06/11/1983
“UFG tem final de basquete feminino”	Diário da Manhã	08/11/1983
“Veterinária é campeã de basquete feminino”	Diário da Manhã	09/11/1983
UFG: Direito é campeão de judô”	Diário da Manhã	10/11/1983
“UFG: títulos para Asufego e Pedagogia”	Diário da Manhã	11/11/1983
“Medicina decide o título no futebol com a Veterinária”	O Popular	11/11/1983
“UFG: Engenharia é! Campeã no vôlei”	Diário da Manhã	12/11/1983
“Veterinária ganha fácil da Medicina e fica com título”	O Popular	12/11/1983
“Termina a Olimpíada da UFG”	Folha de Goyaz	12/11/1983
“UFG: Engenharia e Veterinária campeãs”	Diário da Manhã	13/11/1983
“IV Olimpíada da UFG será aberta amanhã à noite”	O Popular	26/09/1985

“UFG vai abrir esta noite IV Olimpíada”	O Popular	27/09/1985
“Protestos marcaram início da Olimpíada”	O Popular	28/09/1985
“Frederico e Welma quebraram recordes”	O Popular	29/09/1985
“Adiada prova de atletismo para domingo”	O Popular	01/10/1985
“Jaó sediará tênis de mesa da Olimpíada”	O Popular	02/10/1985
“Definidos os campeões do tênis de mesa”	O Popular	03/10/1985
“Engenharia ganha título derrotando Farmácia na final”	O Popular	06/10/1985
“Chuva de domingo adia festa de encerramento”	O Popular	08/10/1985
“Engenharia campeã da IV Olimpíada”	O Popular	03/10/1985
“Começam os V Jogos Internos da UFG”	O Popular	06/09/1986
“UFG faz seus Jogos Internos”	O Popular	07/09/1986
“UFG: polêmica na abertura dos jogos”	Jornal da Segunda	08/09/1986
“A força de Hércules” por Rosalvo Leomeu	Jornal da Segunda	08/09/1986
“Medicina nada em 1º, Direito em 2º”	Jornal da Segunda	08/09/1986
“Jogos de hoje e seus locais”	Jornal da Segunda	08/09/1986
“Engenharia em 1º, Servidores também”	Jornal da Segunda	15/09/1986
“São Francisco e os pobres da UFG” por Rosalvo Leomeu	Jornal da Segunda	15/09/1986
“Tribunal suspende agressores”	Jornal da Segunda	22/09/1986
“Será hoje a abertura dos Jogos da UFG”	O Popular	30/09/1987
“Abertos ontem os VI Jogos da UFG”	O Popular	01/10/1987
“A Medicina foi a campeã dos jogos da UFG”	O Popular	11/10/1987
“VII Jogos Internos. A largada começa no dia 30 de setembro”	Jornal da Universidade	Agosto de 1988
“Aplicação também vai participar”	O Popular	10/08/1988
“VII Olimpíada da UFG na fase de inscrição”	O Popular	31/08/1988
“Olimpíada da UFG só inscreve até amanhã”	O Popular	04/09/1988
“Congresso Técnico da VII Olimpíada da UFG”	O Popular	17/09/1988
“UFG está otimista com jogos internos”	O Popular	22/09/1988
“Medicina só pensa bater os recordes”	O Popular	28/09/1988
“Hoje desfile de abertura dos jogos da UFG”	O Popular	30/09/1988
“Aplicação em 1º. Medicina faz protesto”	O Popular	01/10/1988
“O Programa de hoje”	O Popular	01/10/1988

“Medicina fica com o título geral no judô”	O Popular	04/10/1988
“Heliana conquista bicampeonato para Asufego”	O Popular	05/10/1988
“Aplicação e Veterinária venceram na natação”	O Popular	05/10/1988
“Engenharia conquista ouro no salão”	O Popular	06/10/1988
“Leopoldo Júnior leva ouro para o Direito”	O Popular	07/10/1988
Engenharia ganha ouro no basquete	O Popular	07/10/1988
“Asufego conquista ouro no futebol”	O Popular	08/10/1988
“Jogos da UFG terminam hoje”	O Popular	08/10/1988
“De Platão a Ulhôa” por Rosalvo Leomeu	O Popular	08/10/1988
“Medicina é tri e recebe troféu O POPULAR”	O Popular	09/10/1988
“Engenharia conquista medalha no handebol”	O Popular	09/10/1988
“Jogos da UFG”	O Popular	06/10/1989
“Jogos da UFG”	O Popular	04/11/1989
“O congresso técnico da UFG é hoje”	O Popular	17/11/1989
“Jogos da UFG vão ter início na terça-feira”	O Popular	19/11/1989
“Desfile de abertura tem aplicação em 1 ^o ”	O Popular	22/11/1989
“Engenharia goleia colégio aplicação”	O Popular	23/11/1989
“Odontologia e medicina são campeãs”	O Popular	24/11/1989
“Engenharia e Medicina na decisão”	O Popular	25/11/1989
“Jogos seguem com natação a atletismo”	O Popular	26/11/1989
“Final de futebol tem engenharia e medicina”	O Popular	28/11/1989
“Engenharia ganha título nos pênaltis”	O Popular	29/11/1989
“Veterinária ganha título com goleada”	O Popular	30/11/1989
“Ciclismo, tênis e basquetebol”	O Popular	30/11/1989

O desenrolar das competições, que abarca vários assuntos, foi também um tema profusamente abordado pelos títulos jornalísticos compondo 27 textos. Foram abordados aspectos como nível e qualidade técnica dos atletas universitários, as rivalidades históricas entre equipes de cursos da UFG, o resultado das contendas esportivas, as infrações disciplinares e respectivas punições, datas e tabelas de jogos e outras competições e também a presença e participação de uma platéia assistente. Aqui se pode observar um foco mais objetivo e pragmático que procura informar o acontecido em ginásios, quadras e piscinas.

O tema das condições materiais e do financiamento do esporte universitário aparece em apenas um título constituindo a singularidade deste conjunto de

fontes: o texto intitulado "São Francisco e os pobres da UFG" sinaliza para um *lugar* de pouco prestígio do esporte na Universidade, o que - de certa forma - contradiz a centralidade do cerimonial, do espetacular e do festivo na cobertura jornalística daqueles eventos. De certa forma, na pouca atenção dada a esta dimensão do financiamento do esporte universitário em contraponto ao destaque às festividades e conquistas técnico-esportivas sinalizam que os veículos da imprensa goianiense sobressaia a divulgação dos feitos do Estado. Pode-se dizer, neste sentido, que estavam sintonizados com as tendências do mundo editorial e jornalístico de então e afinadas ao papel político e ideológico que o Regime Militar atribuiu ao esporte já que, segundo Fraga (2011, p. 3),

Pensar na utilização política das conquistas esportivas pelo Estado é algo que nos remete não somente à popularização e ao ordenamento das atividades físicas como um todo (e, em nosso caso específico, do futebol), mas também à materialização de um instrumento capaz de operar a conexão entre estas três esferas (o Estado, o povo e as atividades esportivas).

A imprensa goianiense parecia impulsionada por uma perspectiva que relacionava esporte e lazer na *feitura* de um jornalismo esportivo que, promovendo um hiato lúdico no cotidiano da cidade, criava certas condições para direcionar e informar sobre valores e comportamentos de seus leitores. O jornalismo esportivo a partir dos anos 1980, por sinal, foi se constituindo como prática de informação e entretenimento e lazer por influência da televisão conforme afirma Sousa (2005, p. 3).

CAPÍTULO III

OS JOGOS INTERNOS DA UFG: A HISTÓRIA CONTADA PELOS JORNAIS

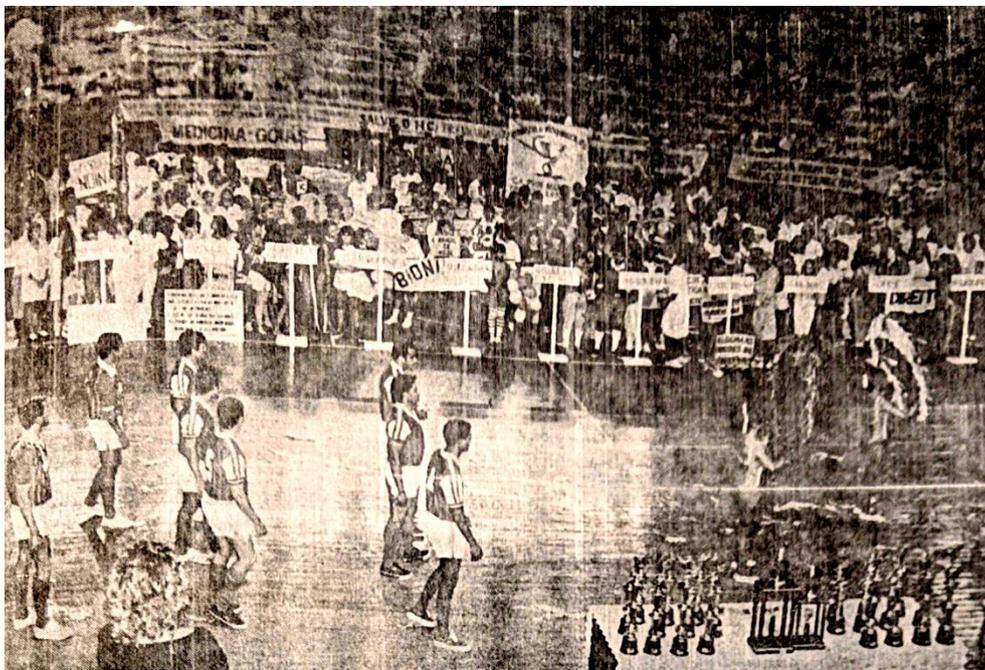
A partir da produção do Quadro 2 e do retorno a cada um dos textos publicados nos jornais, fazer uma espécie de descrição dos Jogos conforme o noticiário para recompor o que aconteceu nas edições dos Jogos Internos aqui estudadas. No decorrer da leitura das fontes, foi possível construir uma espécie de padrão composto por três blocos de temas principais que, por sua vez, se dividem em categorias de notícias. São eles: cobertura das cerimônias de abertura, o desdobramento da competição e financiamento. A partir da produção do Quadro 2 e do retorno a cada um dos textos publicados nos jornais, segue-se uma espécie de descrição dos Jogos conforme o noticiário para compor uma narrativa capaz de reconstituir o que aconteceu nas edições dos Jogos Internos aqui estudadas.

Sobre as cerimônias de abertura dos Jogos Internos, o destaque recaia sobre o desfile dos cursos de graduação, das delegações esportivas. Tais desfiles, assim como as disputas em todas as modalidades esportivas, também faziam parte dos componentes de pontuação da competição para todas as delegações. Portanto, a competição entre as equipes iniciava já na cerimônia de abertura. Em vários episódios, estudantes de cursos que consideravam os seus desfiles como os mais criativos e bem executados, não aceitando a decisão do júri e entravam com recursos para tentar reverter a decisão.

Os periódicos demonstravam certa parcialidade ao concordarem ou não com esses protestos e não raramente declaravam sua predileção pela apresentação de uma ou outra equipe. A cobertura jornalística dava atenção especial a esse quesito, não só devido aos temas das apresentações serem escondidos a sete chaves pelas equipes até o momento do desfile, despertando a curiosidade de quem quer que participasse ou acompanhasse os Jogos, mas por muitas vezes serem motivos de polêmica e protestos envolvendo os resultados.

Nos desfiles, as delegações faziam apresentações artísticas e culturais - que eram avaliadas por júri formado por professores e professoras do CEFD/UFG - a partir de temáticas livremente escolhidas por cada curso.

Figura 2 – Desfile de abertura dos VII Jogos Internos da UFG, 1988



Fonte: O Popular, 01/10/1988

As temáticas escolhidas pelos cursos para suas apresentações nos desfiles eram variadas, de narrativas históricas a acontecimentos marcantes daquele momento, como foi o caso da apresentação do curso de medicina na abertura dos Jogos de 1988, que retratava o grave acidente radioativo com o Césio-137 acontecido em Goiânia no ano anterior. A competição do desfile daquele ano foi vencida pelo Colégio de Aplicação, ficando o desfile da Medicina em segundo lugar. O jornal O Popular, que considerou o resultado do desfile injusto, dedicou atenção especial à apresentação na matéria intitulada “Aplicação em 1º. Medicina faz protesto” do dia 1º de outubro de 1988:

A medicina, com uma caixa brilhante, procurou retratar a tragédia do Césio 137, mostrou pessoas tomando contato com a cápsula fatídica e sendo atingidas pelo fenômeno da radiação, a movimentação dos técnicos da Comissão Nacional de Engenharia Nuclear, as vítimas sendo levadas para o hospital e o drama decorrente do acidente radioativo. No momento do acendimento da tocha olímpica, com as luzes apagadas, a torcida da medicina acendeu dezenas de velas que deram um colorido surrealista ao desfile. Nada disso valeu.

Além de declarar o início dos Jogos, as Cerimônias de Abertura também eram notadamente utilizadas como forma de obter visibilidade para diversas reivindicações dos mais variados grupos. Como por exemplo, o protesto dos estudantes de Comunicação Social na edição de 1985 descrita na matéria do Jornal O Popular de título “Protestos marcam início da Olimpíada” de 28 de setembro de 1985:

Verificaram-se, durante o desfile das equipes, muitos protestos e os alunos do curso de Comunicação Social desfilaram de costas como forma de protestar contra o não reconhecimento do curso de Rádio e Televisão.

Os periódicos também citam diversas vezes a União Nacional dos Estudantes (UNE), inclusive sobre a ausência da bandeira da mesma na cerimônia de abertura dos Jogos de 1985, pontuando que naquele momento a entidade acabava de se tornar legal através de um projeto votado na câmara dos deputados. Sobre a presença da UNE na cerimônia de abertura da edição de 1983, o jornal Diário da Manhã cita, na matéria “Olimpíada da UFG é aberta com desfile” de 05 de novembro de 1983, a condução da bandeira da entidade no desfile e a matéria “UFG abre olimpíada com bonita festa” do jornal O Popular do mesmo dia nos conta que:

As torcidas organizadas das faculdades de Engenharia, Veterinária e Agronomia algumas vezes interromperam o locutor na abertura, gritando o slogan da União Nacional dos Estudantes: “A UNE somos nós, nossa força e nossa voz”.

O professor Edward Madureira, então estudante do curso de agronomia, foi um dos atletas participantes dos Jogos Internos da UFG nos anos 1980, jogando futebol. Em entrevista concedida a prof^a. Rubia-Mar Nunes Pinto (preservada no CEMEHS), Edward relata que a participação estudantil nas competições não afastava os jovens da militância política. Ao contrário, ele realça que os mesmos estudantes que ali estavam competindo esportivamente também envolvidos em lutas estudantis gerais e específicas.

Um segundo bloco de destaques postos pelo noticiário é composto por textos que informam sobre as competições esportivas propriamente ditas. Neste sentido, pude perceber que havia diferenças no espaço dedicado aos resultados das disputas de uma edição para outra.

Figura 3 – Entrega de medalhas da natação durante os VII Jogos Internos da UFG, 1988



Fonte: O Popular, 05/10/1988

A exemplo, nos Jogos de 1987 muito pouco se abordou sobre o assunto, como é possível perceber no Quadro 2, já no ano seguinte, 1988, a impressão é de que cada resultado importava e merecia ser detalhadamente informado ao leitor. A matéria de majestosos nove parágrafos intitulada “Aplicação e Veterinária venceram na natação” impressa no jornal O Popular do dia 02 de outubro de 1988, que versa sobre o incrível resultado do estreante Colégio de Aplicação nos Jogos Internos da UFG, os demais resultados da modalidade e mais protestos durante a competição:

Nem a chuva e nem o frio foram capazes de apagar o fogo do entusiasmo das meninas do Colégio de Aplicação ou desviar a concentração e o ímpeto dos alunos da Veterinária. Ontem cedo, na piscina do Clube Ferreira Pacheco, as nadadoras do Aplicação conquistaram o primeiro lugar das provas de natação feminina dos VII Jogos Internos da Universidade Federal de Goiás com 98 pontos.

Não foi um bom dia para os favoritos ao título de campeões gerais: medicina e engenharia. Os alunos da medicina, inconformados com a perda do primeiro lugar no desfile de abertura, ameaçaram abandonar os Jogos Internos da UFG e houve nadadores que não se apresentaram para as provas de ontem. Os dirigentes da Associação Atlética de Medicina convenceram vários a ir às raias a fim de pelo menos marcar pontos. No setor feminino, a medicina terminou em terceiro lugar com 54 e no masculino se posicionou em um melancólico quinto lugar, com 37 pontos. A Engenharia ficou em sexto lugar com 20 pontos, na decisão masculina e não competiu no setor feminino. [...]

[As nadadoras do Aplicação] ganharam na categoria feminino e os atletas do sexo masculino ficaram em segundo lugar com 58 pontos, apenas quatro pontos atrás da Veterinária. [...].

Ontem a Faculdade de Direito terminou em segundo lugar nas provas femininas com 56 pontos e em quarto nas masculinas com 52 pontos.

Os resultados finais dos Jogos - que identificava a delegação campeã em cada modalidade e o campeão geral dos Jogos - recebia também especial atenção, estando presente em quase todas as edições dos Jogos. Uma das formas gráficas de apresentar os campeões é a que se segue:

Figura 4 – Tabela contendo os resultados de partidas e os campeões de modalidades nos II Jogos Internos da UFG, 1983

ONTEM		
Futebol de Campo		
Engenharia	Wx0	Comunicação Social
Medicina	2x6	Veterinária (campeã)
Futebol de Salão Masculino		
Medicina	0x3	Odontologia
Asufego	1x0	Engenharia (Asufego campeã)
Handbol Masculino		
Veterinária	11x9	Odontologia
Engenharia	12x8	Asufego (Engenharia-campeã)
Volibol Masculino		
Engenharia	3x2	Agronomia (Engenharia-campeã)
Volibol Feminino		
Mat/Física	0x2	Pedagogia
Medicina	3x0	Comunicação (Medicina campeã)
OS CAMPEÕES		
Modalidades	Masculino	Feminino
Natação	Veterinária	Comunicação Social
Atletismo	Engenharia	Veterinária
Xadrez	Decisão hoje	
Ciclismo	Asufego	Mat/Física
Tênis de Mesa	Medicina	Engenharia
Judô	Direito	
Truque	Agronomia	Agronomia
Futebol de Campo	Veterinária	
Volibol	Engenharia	Medicina
Futebol de Salão	Asufego	Pedagogia
Handebol	Engenharia	Asufego
Basquetebol	decisão hoje	Veterinária
Tênis de Campo	Asufego	Asufego

Fonte: O Popular, 12/11/1983

Assim como acontecia com a divulgação dos resultados das competições, quando o assunto era programação os jornais demonstravam total ou nenhum interesse a depender da edição. Nas coberturas mais completas é possível encontrar informes inclusive sobre os prazos e o que mais envolvesse as inscrições, notícias sobre congressos técnicos e coquetéis de lançamento, adiamentos ou mudanças de locais das disputas, e, como na matéria “Olimpíada da UFG é aberta com desfile” com o subtítulo “competições de hoje” do jornal Diário da Manhã de 05 de novembro de 1983 encontrada na página 13, a programação completa contendo horários e os respectivos locais das competições do dia:

A Olimpíada da UFG prossegue hoje com disputas nas modalidades natação, vôlei, futebol de salão, handebol e basquete. A natação terá como local de prova a piscina do Clube Ferreira Pacheco. O início das atividades será às 8 horas. O vôlei masculino terá seus jogos no ginásio 1 da Esefego e o feminino na Escola Técnica Federal. As partidas de futebol de salão feminino acontecerão no ginásio da Universidade Católica e do masculino no Colégio Hugo de Carvalho Ramos. Os jogos de handebol tanto masculino quanto feminino foram marcados para o ginásio 2 da Esefego. O Ginásio Rio Vermelho abrigará as partidas de basquete masculino. Os jogos estão marcados para a partir das 19 horas. O vôlei masculino terá estas partidas: Veterinária x Pedagogia, Farmácia x Odontologia e Comunicação Social x Química/Geociências. Os jogos de futebol de salão masculino são estes: Bionutrientes x Matemática, Veterinária x Química/Geociências, Agronomia x Servidores da UFG. O handebol feminino contará com apenas uma partida entre Faculdade de Engenharia contra Servidores da UFG. No handebol masculino haverá duas partidas: Medicina x Servidores da

UFG e Odontologia x Matemática/Física. O vôlei feminino contará com as seguintes disputas: Bionutrient x Engenharia e Agronomia x Química/Geociências. No basquete masculino serão disputados estes jogos: Comunicação Social x Ciências Humanas, Matemática/Física x Servidores da UFG e Medicina x Bionutrient.

Também em 1986, houve a divulgação de locais, dias e horários dos Jogos conforme o formato já utilizado em 1983

Figura 5 - Quadro contendo a programação de um dos dias dos V Jogos Internos da UFG, 1986

Os jogos de hoje e os seus locais	
CICLISMO	
13hs.	— Várias provas serão disputadas no dia de hoje. Autódromo
XADREZ	
13hs.	— Diversos enxadristas se enfrentarão no tabuleiro. Fac. Direito.
VOLIBOL FEMININO	
20hs.	— Medicina x Veterinária — Esefego
21hs.	— C. Humanas e Letras x Direito — Esefego
VOLIBOL MASCULINO	
20hs.	— Computação x Mat./Física — Esefego
21hs.	— Agronomia x Direito — Esefego
BASQUETE FEMININO	
18hs.	— Servidores x Mat./Física — Rio Vermelho
19hs.	— Engenharia x C. Humanas e Letras — Rio Vermelho
BASQUETE MASCULINO	
20hs.	— Computação x Com. Social — Rio Vermelho
21hs.	— Veterinária x Farm./Bioquímica — Rio Vermelho
FUTEBOL DE SALÃO MASCULINO	
18hs.	— Direito x Servidores — Asufego
18 e 45	— Com. Social x Mat./Física — Asufego
19 e 30	— Farmácia x Química — Asufego
20 e 15	— C.H. e Letras x Bionutrient — Asufego
FUTEBOL DE SALÃO FEMININO	
20hs.	— Bionutrient x Odontologia — Esefego
20 e 45	— Servidores x Veterinária — Esefego
HANDEBOL FEMININO	
20hs.	— Pedagogia x Veterinária — H. de Carvalho
HANDEBOL MASCULINO	
19hs.	— Com. Social x Veterinária — H. de Carvalho
21hs.	— Odontologia x Medicina — H. de Carvalho
FUTEBOL DE CAMPO MASCULINO	
9hs.	— Odontologia x Servidores — Asufego
14hs.	— Com. Social x Bionutrient — Asufego
16hs.	— Química x Medicina — Asufego

Fonte: Jornal da Segunda, 08/09/1986, p. 16

A rivalidade entre cursos era assunto constantemente mencionado na cobertura dos Jogos Internos pela imprensa. Sobre o assunto, o Jornal da Segunda em sua matéria “Engenharia em 1º. Servidores também, de 15 de setembro de 1986, publicou:

“Chora, Medicina, chora!” Esses gritos da pequena mas barulhenta torcida da Faculdade de Direito marcaram o final dos 5º Jogos Internos da Universidade Federal de Goiás, ontem à noite, no ginásio da Esefego. A última partida da competição foi disputada entre os acadêmicos de Direito e da Faculdade de Medicina em jogo de voleibol masculino. Foi uma partida bem disputada, mas em que prevaleceu a maior garra e o maior volume de jogo dos estudantes e exegetas das leis. A Faculdade de Direito apresentou maior variação tática de jogadas, melhor bloqueio, levantamentos precisos e cortadas fatais. [...] Sobre os jogos, Neilton, um dos destaques do time [do Direito], assim se expressou: “Não houve jogos sujos. Na partida final, só acreditei na vitória quando fechamos o último set””

Figura 6 - Disputa final do voleibol masculino na 5ª edição dos Jogos Internos da UFG, 1986



Fonte: Jornal da Segunda, 15/09/1986, p. 10

Várias publicações discorriam sobre assuntos que envolviam medidas punitivas a atos de indisciplina e até mesmo de agressões físicas durante as disputas. Escolhi o que me chamou mais atenção dentre todas elas para exemplificar como eram tratados pela imprensa. No dia 22 de setembro de 1986, o Jornal da Segunda traz em sua página 18 a matéria “Tribunal suspende agressores” que conta que:

O Tribunal Especial dos 5º Jogos da Universidade Federal de Goiás se reuniu, na última, semana, a fim de julgar os atletas indiciados em faltas

graves durante a competição. Foram julgados Enoque Sales, Mauro Sebastião, Elson Lima, Paulo César de Souza e Henrique da Costa, todos da equipe dos servidores e que se envolveram em incidentes e foram expulsos no jogo de futebol de campo contra a faculdade de Engenharia.

Enoque atingiu um adversário e foi suspenso por 20 dias. Mauro Sebastião dirigiu palavras agressivas ao árbitro Vilmar Aris, sendo apenado com 30 dias de suspensão das atividades esportivas. Elson Lima atingiu um adversário com cotoveladas e chutes. Após ser expulso atingiu o árbitro com um soco na cabeça. O Tribunal especial lhe aplicou uma suspensão de 305 dias. Paulo César aplicou chutes e cotoveladas em um atleta da Engenharia. Foi expulso e também agrediu o árbitro com um chute na perna. Os membros do Tribunal, aplicaram-lhe pena de suspensão por 395 dias.

Acerca do tema financiamento duas categorias foram identificadas: Recurso do Estado e Patrocínio da iniciativa privada. As diversas edições dos Jogos receberam apoios das mais variadas naturezas, seja de órgãos do estado, seja de empresas privadas. Um fato que me despertou surpresa em particular foi a Cervejaria Antártica ter sido a grande patrocinadora da edição dos Jogos de 1985, iniciativa noticiada em duas matérias no jornal O Popular sobre a cerimônia de abertura do evento: “IV Olimpíada da UFG será aberta amanhã à noite” de 26 de setembro de 1985 e “UFG vai abrir esta noite IV Olimpíada” de 27 de setembro de 1985. A empresa dava nome, inclusive, ao troféu de campeão geral masculino da competição, recebido pelo curso de Engenharia, como nos informa a publicação do Jornal O Popular de título “Engenharia campeã da IV Olimpíada” do dia 13 de outubro de 1985.

O Ministério da Educação e Cultura era o financiador de maior relevância das competições, entretanto, uma crônica publicada no Jornal da Segunda em 15 de setembro de 1986 denuncia o estado ínfimo em que se encontrava a UFG em relação a sua estrutura esportiva e a forma insustentável com que os Jogos Internos eram realizados. Na matéria de Rosalvo Leomeu intitulada “São Francisco e os pobres da UFG”, lê-se:

Em Assis, pequena povoação da Perúgia, Itália, lá pelos idos de 1208 para uns ou 1209 para outros, São Francisco, um jovem fascinado pela pobreza e pelo espírito de seguir O Cristo que não tinha onde reclinar a cabeça, em meio a muitas dificuldades, fundou a ordem monástica dos Franciscanos, que foi integrada por monges medicantes que nada tinham a não ser o amor pelo Mestre e por suas criaturas, inclusive os animais. O exemplo franciscano marcou fundo a alma da cristandade.

Ainda hoje quem é muito pobre ou pede muito, recebe a alcunha de ser de “uma pobreza franciscana”.

Os últimos Jogos Internos da UFG deixaram claro que, apesar da grana do Projeto MEC-BID, a Universidade, em termos esportivos, vive uma situação de pobreza franciscana. Exceto os troféus doados pela Pepsi Cola, a UFG pediu emprestado ginásios, pistas, tabuleiros de xadrez, cronômetros, mesas, cadeiras para árbitros, bandeirolas, tocha olímpica e pira etc. Sem falar que os professores não receberam pagamento pelas horas extras de trabalho noturno e de final de semana. É preciso que a comunidade universitária repense os Jogos da UFG. Talvez seria melhor que a competição fosse disputada durante todo o ano, com duas ou três modalidades por mês para obter um melhor nível técnico. A universidade precisa construir um ginásio poliesportivo e obter materiais. Do contrário, teremos sempre os pobres da UFG com os pires na mão.

A descrição dos Jogos a partir da imprensa e a situação desenhada pelo jornalista a partir da metáfora da pobreza franciscana do esporte na UFG possibilita, no mínimo, colocar em questionamento a narrativa dominante sobre as relações entre a ditadura militar e a educação física/esportes nos anos 1980. O descaso quanto a dotação orçamentária necessária para que o Decreto-Lei 69.450 saísse do papel indica, ao meu ver, que se houve intencionalidades relacionadas a socialização e controle juvenil houve em contrapartida dificuldades para realizar o legislado e que houve apropriações singulares desta legislação e das práticas por ele engendradas por parte da comunidade acadêmica da UFG.

Quadro 02 – Reportagens e seus conteúdos de 1983 a 1989

Nº	Periódico, data e título	Descrição temática
1	“Olimpíada será aberta no dia 4” Diário da Manhã, 26/10/1983	Natação, atletismo, judô, futebol de campo, basquete, handebol, voleibol feminino, futebol de salão feminino e masculino, ciclismo, tênis de campo, tênis de mesa, xadrez e truco. 1200 inscritos entre estudantes de todos os cursos e funcionários da UFG.
2	“UFG abre hoje a II Olimpíada Interna” O Popular, 04/11/1983	
3	“Desfile abre a 2ª Olimpíada da UFG, esta noite” 04 Diário da Manhã, 04/11/1983	
4	“UFG abre hoje a II Olimpíada Interna” O Popular, 04/11/1983	Escola Técnica Federal de Goiás, Clube Antônio Ferreira Pacheco, Escola Superior de Educação Física de Goiás (Esefego), Colégio Hugo de Carvalho Ramos, Universidade Católica de Goiás, Ginásio Rio Vermelho
5	“II Olimpíada da UFG” O Popular, 04/11/1983	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

6	“Desfile abre a 2ª Olimpíada da UFG, esta noite” Diário da Manhã, 04/11/1983	Banda marcial e coral da Escola Técnica Federal de Goiás. Números de dança: Afrobrasileira e Brasileira (Grupo de Dança da Comunidade da Vila Itatiaia); Dança Moderna (Grupo de Dança da Esefego); Sapateado (Corpo de Dança do Colégio Emanuel); Pas de Deux (Grupo SionaraIocoOkada e Henrique Pereira – Esefego) e Jazz (Grupo de alunos da Coordenação de Educação Física da UFG). Ginástica Olímpica, promovida pelo DCE/UFG.
7	“UFG abre hoje a II Olimpíada Interna” O Popular, 04/11/1983	
8	“UFG abre olimpíada com bonita festa” O Popular, 05/11/1983	
9	“II Olimpíada Interna da UFG” “FG”, 05/11/1983	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Coordenação de Educação Física e Desportos, Diretório Central dos Estudantes, Centros Acadêmicos, Associações Atléticas Acadêmicas, Federação Goiana de Desportos Universitários e Associação dos Servidores da UFG
10	“UFG abre olimpíada com bonita festa” O Popular, 05/11/1983	As torcidas organizadas das faculdades de Engenharia, Veterinária e Agronomia algumas vezes interromperam o locutor na abertura, gritando o slogan da União Nacional dos Estudantes: “A UNE somos nós, nossa força e nossa voz”
11	“Olimpíada da UFG é aberta com desfile” Diário da Manhã, 05/11/1983	Bandeira da UNE foi conduzida pelos participantes no desfile de abertura
12	“UFG: Comunicação e Veterinária vencem” O Popular, 06/11/1983	A atleta Nely, da Comunicação, elogia as Olimpíadas, mas afirma que os universitários não haviam conseguido assimilar totalmente a ideia da participação esportiva, e que vários atletas se sujeitavam a competir em mais de uma modalidade pela dificuldade em completar times
13	“IV Olimpíada da UFG será aberta amanhã à noite” O Popular, 26/09/1985	Natação, atletismo, ciclismo, xadrez, tênis de campo, tênis de mesa, truco, futebol de campo, basquete masculino e feminino, voleibol masculino e feminino, futebol de salão masculino e feminino, judô e handebol masculino e feminino Aproximadamente 1000 estudantes
14	“UFG vai abrir esta noite IV Olimpíada” O Popular, 27/09/1985	
15	“Protestos marcam início da Olimpíada” O Popular, 28/09/1985	
16	*****apaguei sem querer O Popular, 27/09/1985	
17	“UFG vai abrir esta noite IV Olimpíada” O Popular, 27/09/1985	Ginásio Rio Vermelho Clube Antônio Ferreira Pacheco Esefego Colégio Hugo de Carvalho Ramos Autódromo Faculdade de Direito da UFG Diretório Central dos Estudantes (DCE) Clube Jaó Estádio Olímpico Escola Técnica Federal de Goiás
18	“Protestos marcam início da Olimpíada” O Popular, 28/09/1985	
19	“Frederico e Welma quebram recordes” O Popular, 29/09/1985	
20	“Adiada prova de atletismo para domingo” O Popular, 01/10/1985	
21	“Jaó sediará tênis de mesa da Olimpíada” 02 O Popular, 02/10/1985	
22	“Engenharia ganha título derrotando Farmácia na final” O Popular, 06/10/1985	

23	“Protestos marcam início da Olimpíada” O Popular, 28/09/1985	Alunos do curso de Comunicação Social desfilaram de costas como forma de protestar contra o não reconhecimento do curso de Rádio e Televisão
24	“Protestos marcam início da Olimpíada” O Popular, 28/09/1985	Ausência da bandeira da UNE justamente quando a Câmara dos Deputados votou um projeto tornando-a entidade legal
25	“Frederico e Welma quebram recordes” O Popular, 29/09/1985	Medicina protesta por ter vencido a natação, mas ter sido desclassificada no revezamento
26	“Jaó sediará tênis de mesa da Olimpíada” O Popular, 02/10/1985	Atleta Frederico Moura, da Medicina, é suspenso por 350 dias por cometer atos de indisciplina contra os diretores da prova de natação
27	“Começam os V Jogos Internos da UFG” O Popular, 06/09/1986	Ginásio Rio Vermelho, Clube Antônio Ferreira Pacheco, Colégio Hugo de Carvalho Ramos, Esefego
28	“Começam os V Jogos Internos da UFG” O Popular, 06/09/1986	Atletismo, basquetebol, ciclismo, futebol de salão, futebol, judô, handebol, natação, voleibol, tênis de mesa e de campo, truco e xadrez 1400 atletas
29	“UFG: polêmica na abertura dos jogos” Jornal da Segunda, 08/09/1986	Inconformados com o segundo lugar, os alunos do Direito pediram recontagem dos votos que tornavam o time dos Servidores campeão do desfile de abertura. Mesmo com uma correção, as posições não se inverteram. O Direito também se sentiu injustiçado e entrou com recurso por ter recebido uma nota muito baixa em relação a todos os outros times no quesito disciplina. Após apuração, as duas equipes ficaram em primeiro lugar
30	“Engenharia em 1º, servidores também” Jornal da Segunda, 15/09/1986	“Chora, Medicina! Chora!” gritou a torcida do direito após o curso vencer a final do voleibol masculino
31	“São Francisco e os pobres da UFG” Jornal da Segunda, 15/09/1986	A publicação faz uma analogia da situação dos jogos da UFG à pobreza Franciscana, alegando que apesar do investimento do projeto MEC-BID, “a Universidade, em termos esportivos, vive uma situação de pobreza franciscana. Exceto os troféus doados pela Pepsi Cola, a UFG pediu emprestado ginásios, pistas, tabuleiros de xadrez, cronômetros, mesas, cadeiras para árbitros, bandeirolas, tocha olímpica, pira e etc. Sem falar que os professores não receberam pagamento pelas horas extras de trabalho noturno e de final de semana”. O artigo também dá sugestões para melhorar os jogos, como um calendário anual e a construção de um ginásio poliesportivo pela universidade.
32	“Tribunal suspende agressores” Jornal da Segunda, 22/09/1986	Cinco atletas da equipe dos servidores indiciados em faltas graves durante a competição foram julgados pelo Tribunal Especial dos 5º Jogos da UFG. Todos se envolveram em incidentes e foram expulsos no jogo de futebol de campo contra a Faculdade de Engenharia.*
33	“Será hoje a abertura dos Jogos da UFG” O Popular, 30/09/1987	Atletismo, natação, basquetebol, ciclismo futebol de campo (apenas masculino), futebol de salão, handebol, judô, tênis de campo e de mesa, truco, voleibol e xadrez
34	“Será hoje a abertura dos Jogos da UFG” O Popular, 30/09/1987	Ginásio Rio Vermelho, Esefego, Clube Antônio Ferreira Pacheco, Colégio Hugo de Carvalho Ramos, Autódromo, Faculdade de Educação, Clube Jaó e DCE
35	“Será hoje a abertura dos Jogos da UFG” O Popular, 30/09/1987	Show musical com o cantor goiano Gilberto Correia e Banda de Lá
36	“Abertos ontem os VI Jogos da UFG” O Popular, 01/10/1987	No desfile de abertura, a Medicina repetiu a simulação de um enfarte, como havia feito na edição anterior, e foi campeã

37	“Abertos ontem os VI jogos da UFG” O Popular, 01/10/1987	Na abertura dos VI Jogos da UFG, os estudantes carregavam faixas com a reivindicação, segundo a publicação, antiga para a construção de um ginásio para a UFG; e servidores exibiam os dizeres “o regime de 30 horas é uma conquista negociável” também estampados
38	“VII Jogos Internos. A largada começa no dia 30 de setembro” Jornal da Universidade, Agosto de 1988	Além da informação presente no título, a reportagem explica que a melhor torcida também pontuaria e que o treinamento das equipes já havia começado
39	“VII Jogos Internos. A largada começa no dia 30 de setembro” Jornal da Universidade, Agosto de 1988	Cerca de 800 participantes entre professores, estudantes e funcionários da UFG
40	“VII Jogos Internos. A largada começa no dia 30 de setembro” Jornal da Universidade, Agosto de 1988	Início da participação do Colégio de Aplicação nos Jogos. O Coordenador do evento, José do Couto, acreditava que a participação dos estudantes (apenas maiores de 15 anos) motivaria muito a competição.
41	“VII Jogos Internos. A largada começa no dia 30 de setembro” Jornal da Universidade, Agosto de 1988	Exclusão de 4 modalidades em relação às edições anteriores: ciclismo, futebol de salão e basquete feminino, e truco. As três primeiras por apresentarem um índice técnico insatisfatório e a última por não ser considerada esporte.
42	“VII Jogos Internos. A largada começa no dia 30 de setembro” Jornal da Universidade, Agosto de 1988	A reportagem traz as grandes campeãs das edições anteriores: Engenharia (5 vezes campeã masculina), Veterinária (3 vezes campeã feminina) e medicina (2 vezes campeã feminina); e um quadro completo contendo as equipes campeãs de todas as modalidades por gênero de todas as edições passadas.
43	“VII Jogos Internos. A largada começa no dia 30 de setembro” Jornal da Universidade, Agosto de 1988	A reportagem traz uma breve história do evento. Segundo Antônio Celso, coordenador de 5 dos 6 eventos anteriores, a primeira vez que aconteceu um encontro esportivo na universidade foi em junho de 82, com a Primeira Fartlek, uma corrida com obstáculos, daí teria surgido a ideia de fazer os Jogos – que teve o nome “olimpíadas” mudado em 1986 devido a regras do Comitê Olímpico Internacional.
44	“VII Jogos Internos. A largada começa no dia 30 de setembro” Jornal da Universidade, Agosto de 1988	Para a edição do ano seguinte o coordenador José do Couto já apresentou a proposta de seletivas das equipes: as 4 primeiras classificadas em cada modalidade estariam automaticamente qualificadas pro próximo ano e uma fase classificatória seria feita no primeiro semestre, na qual os campeões e vice campeões de cada modalidade também conquistariam vaga nos Jogos. Mas o coordenador explicou que a proposta encaminhada ao Departamento de Educação Física dependia da aprovação do pró-reitor Júlio César.
45	“Aplicação também vai participar” O Popular, 10/08/1988	“Reunidos ontem, na Pró-Reitoria de assuntos Comunitários, os professores José do Couto, coordenador geral, Ferdinand Eugene Persijn, diretor técnico, e Julio Cesar Prates, pró-reitor, decidiram pela inclusão do Colégio de Aplicação nos VII Jogos Internos da UFG”
46	“Aplicação também vai participar” O Popular, 10/08/1988	Futebol de salão, futebol, handebol masculino e feminino, tênis masculino e feminino, basquetebol, tênis de mesa masculino e feminino, atletismo masculino e feminino, natação, voleibol, xadrez e ciclismo.
47	“Aplicação também vai participar”	Esefego, Clube Jaó, Ferreira Pacheco, Rio Vermelho, ginásio de Campinas, Hugo de Carvalho Ramos e Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG)

	O Popular, 10/08/1988	
48	“Aplicação também vai participar” O Popular, 10/08/1988	Inscrições poderiam ser feitas na Procom a partir do dia 17 de agosto e esperava-se, segundo a reportagem, a participação de 3.500 atletas
49	“VII Olimpíada da UFG na fase de inscrição” O Popular, 31/08/1988	As inscrições para os jogos estariam superando as expectativas dos professores José Couto, Júlio Prates, Ferdinand Persijn e Sônia Albuquerque, da Comissão Organizadora – mas a reportagem não explica em que sentido. E os atletas impedidos mas que quisessem participar poderiam apresentar justificativa na Procom, conforme regulamento anterior.
50	“Olimpíada da UFG só inscreve até amanhã” O Popular, 04/09/1988	Resume todas as informações publicadas anteriormente: alerta para o prazo e local de inscrição, descrição da comissão organizadora, período dos jogos, modalidades, participação do Colégio de Aplicação e locais das disputas
51	“Congresso Técnico da VII Olimpíada da UFG” O Popular, 17/09/1988	Além de informar sobre o congresso técnico que aconteceria no auditório da Faculdade de Direito, a reportagem menciona novamente a participação do Colégio de Aplicação e cita os componentes da comissão organizadora.
52	“Congresso Técnico da VII Olimpíada da UFG” O Popular, 17/09/1988	Patrocínio da Antarctica
53	“UFG está otimista com jogos internos” O Popular, 22/09/1988	O pró-reitor de assuntos comunitários, Júlio César Prates, acreditava que estes seriam os melhores Jogos que já promoveram devido à experiência acumulada ao longo dos anos e ao valor dado pelos universitários às competições da universidade naquele momento
54	“UFG está otimista com jogos internos” O Popular, 22/09/1988	A reportagem reforça o período de acontecimento dos jogos (30 de setembro a 09 de outubro), a data, local e horário da cerimônia de abertura, o número de participantes (dois mil inscritos) e seus cursos, a inclusão do Colégio de Aplicação e as modalidades
55	“UFG está otimista com jogos internos” O Popular, 22/09/1988	“No próximo dia 28, às 19h30min, no Clube Jaó, haverá um coquetel para a apresentação dos jogos internos e duas perspectivas à imprensa, patrocinadores e representantes de equipes e coordenadores.”
56	“Medicina só pensa bater os recordes” O Popular, 28/09/1988	Informações sobre data, horário e local da abertura
57	“Medicina só pensa bater os recordes” O Popular, 28/09/1988	Estava marcado para o dia da reportagem, às 19h30, um coquetel para a imprensa, dirigentes e patrocinadores das equipes no Clube Jaó
58	“Medicina só pensa bater os recordes” O Popular, 28/09/1988	As associações atléticas de medicina e engenharia disputariam o título de campeã geral na edição e a reportagem traz um breve apanhado dos resultados das duas equipes ao longo dos anos e traz os atletas Milton (atletismo, 5000m) e Welma (natação, 50m livre e borboleta) da medicina como possíveis quebradores de recorde na competição
59	“Hoje o desfile de abertura dos Jogos da UFG” O Popular, 30/09/1988	Data, local e horário da abertura
60	“Hoje o desfile de abertura dos Jogos da UFG” O Popular, 30/09/1988	Participantes: Ciências Humanas/Letras, Colégio de aplicação, Computação, Medicina, Engenharia, Química/ Geociências/ Matemática/ Física, Artes/Música, Bionutrientes, Odontologia, Farmácia/ Bioquímica, Agronomia, Veterinária, Direito, Comunicação Social e Servidores
61	“Hoje o desfile de abertura dos Jogos da UFG” O Popular, 30/09/1988	Itens analisados por uma comissão julgadora no desfile de abertura: baliza, uniforme, criatividade, garbo, número de participantes e torcidas organizadas. Cada delegação deveria trazer um tema e manteriam segredo até o momento da abertura para causar impacto e surpresa nos jurados

62	“Hoje o desfile de abertura dos Jogos da UFG” O Popular, 30/09/1988	Modalidades disputadas e modalidades que foram excluídas dos jogos na edição
63	“Hoje o desfile de abertura dos Jogos da UFG” O Popular, 30/09/1988	Mais uma vez uma publicação comenta o favoritismo dos cursos de medicina e engenharia para a conquista de campeão geral, e especula sobre outros possíveis resultados
64	“Hoje o desfile de abertura dos Jogos da UFG – Medicina tem seu Carl Lewis” O Popular, 30/09/1988	Dois parágrafos dedicados a uma das promessas da medicina no atletismo, o atleta Flávio, que pretendia conquistar quatro medalhas de ouro e quebrar alguns recordes. O atleta também participaria das competições de natação, handebol e voleibol
65	“Hoje o desfile de abertura dos Jogos da UFG – Engenharia não foge ao desafio” O Popular, 30/09/1988	O vice-presidente da associação atlética da engenharia declarou, segundo o periódico, em um desafio aos estudantes de medicina, que a engenharia pretendia ganhar todas as modalidades coletivas e lutaria para vencer no atletismo e judô também, e que para isso estariam bem preparados e cita atletas de destaque no atletismo: Leonardo, Euler e Laura
66	“Aplicação em 1º. Medicina faz protesto” O Popular, 01/10/1988	O Colégio de Aplicação garantiu 63 pontos no desfile de abertura e com isso ficou com o primeiro lugar. Mas o resultado gerou protestos e polêmicas que, de acordo com a reportagem, durariam por toda a competição. Houve uma punição ao curso de medicina, que havia apresentado o tema mais criativo da noite, inspirado na tragédia do Césio 137 que acontecera no ano anterior. A engenharia, com 58 pontos, ficou em segundo lugar, trazendo um paralelo entre a abolição da escravatura e a discriminação que os negros ainda sofriam à época. Com 57,5 pontos a medicina levou o terceiro lugar. Segundo a reportagem, a punição aos temas mais criativos estariam se tornando uma marca registrada dos desfiles dos Jogos Internos da UFG. A medicina e engenharia foram punidos nos itens “uniforme” e “baliza”. A medicina ficou com dois pontos, a engenharia, quatro pontos e o Colégio de Aplicação, nove pontos.
67	“Aplicação em 1º. Medicina faz protesto” O Popular, 01/10/1988	Parágrafo completo sobre o desfile e manifestação da medicina: “A medicina, com uma caixa brilhante, procurou retratar a tragédia do Césio 137, mostrou pessoas tomando contato com a cápsula fatídica e sendo atingidas pelo fenômeno da radiação, a movimentação dos técnicos da Comissão Nacional de Engenharia Nuclear, as vítimas sendo levadas para o hospital e o drama decorrente do acidente radioativo. No momento do acendimento da tocha olímpica, com as luzes apagadas, a torcida da medicina acendeu dezenas de velas que deram um colorido surrealista ao desfile. Nada disso valeu.”
68	“Aplicação em 1º. Medicina faz protesto – O programa de hoje” O Popular, 01/10/1988	Programação composta de cronograma e local de todas as provas que aconteceriam no dia
69	“Aplicação e veterinária venceram na natação” O Popular, 02/10/1988	Sob chuva e frio no Clube Ferreira Pacheco, o Colégio de Aplicação conquistou o primeiro lugar na natação feminina, com 98 pontos, e a veterinária, o primeiro lugar na natação masculina, com 62 pontos.
70	“Aplicação e veterinária venceram na natação” O Popular, 02/10/1988	Em relação às favoritas aos títulos gerais, a medicina, como forma de protesto pela perda do primeiro lugar no desfile, ameaçou abandonar os Jogos Internos da UFG e alguns atletas não se apresentaram para as provas de natação. Os dirigentes da A.A.M. convenceram vários a pelo menos se apresentarem nas raiais para pontuar. No feminino, a medicina ficou com o terceiro lugar, com 54 pontos, no masculino, quinto lugar, com 37. A engenharia terminou em sexto lugar no masculino e não competiu nas provas femininas
71	“Jogos da UFG” O Popular, 26/10/1989	Informações sobre data de realização dos jogos (21 de novembro a 03 de dezembro), a reunião que definiria o regulamento, e o número de alunos participantes (seis mil alunos, sendo mil e oitocentos participando efetivamente nas modalidades esportivas)
72	“Jogos da UFG” O Popular, 04/11/1989	A reportagem traz informes sobre prazo de entrega das fichas de inscrição dos participantes, data, hora e local de abertura (Ginásio de Esportes de Campinas), sobre a comissão organizadora do evento (professor José do Couto Coelho, coordenador geral; professor Ferdinand Eugene Persijn, diretor técnico), modalidades disputadas (atletismo, natação, judô,

		basquetebol, voleibol, handebol, xadrez, tênis e tênis de mesa). O recorte também fala sobre o empenho pessoal do economista Júlio César Prates, da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFG, para que o evento fosse bem sucedido.
73	“O congresso técnico da UFG é hoje” O Popular, 17/11/1989	A publicação traz informações sobre o congresso técnico que aconteceria naquele mesmo dia, com horário e local (16h na Pró-reitora de Assuntos Comunitários – Procom), o qual também seria a última oportunidade para os representantes de curso entregarem as fichas de inscrição dos atletas. Ao periódico, o pró-reitor do Procom, Júlio César Prates, ressaltou que a expectativa dos organizadores era de naquele ano a competição bateria o recorde de inscrições: “A motivação dos alunos é grande com relação aos jogos, por isso a nossa expectativa é a de que a promoção, em sua oitava edição, supere a todas as expectativas”, nas palavras do pró-reitor. O coordenador geral do evento também demonstrou à imprensa otimismo em relação àquela edição dos jogos: “Tenho acompanhado de perto a movimentação dos alunos, por isso estou certo de que, este ano, os jogos têm tudo para serem mais uma vez coroados de pleno êxito”. E em relação à qualidade técnica, o professor Ferdinand Eugene Persijn, se dizia convencido de que seria o mais alto nível presenciado até então.
74	“Jogos da UFG vão ter início na terça-feira” O Popular, 19/11/1989	A reportagem menciona o nome dos 11 cursos que participariam da edição, reforça as informações sobre a abertura e modalidades a serem disputadas, e informa os locais de disputa: Ginásio de Esportes de Campinas, ginásio da ESEFEGO, Clube Jaó e Ferreira Pacheco. Repete a composição da comissão organizadora e cita a já tradicional rivalidade entre os cursos de Medicina e Engenharia.
75	“Desfile de abertura tem Aplicação em 1º” O Popular, 22/11/1989	O Colégio de Aplicação garantiu a primeira colocação no desfile de abertura, o curso “caçula” da UFG, Educação Física, que participava pela primeira vez, apresentou o melhor desempenho em termos de criatividade e levou a segunda colocação e o Direito terminou a abertura na terceira posição. A reportagem traz um parágrafo divertido: “O júri não divulgou as notas para evitar polêmicas, mas ficou evidente que Educação Física perdeu a primeira posição pelo item de torcida organizada. Nesse aspecto, justiça seja feita, ninguém ganharia do Aplicação. Os garotos chegaram até alugar ônibus para levar sua torcida ao ginásio.” A publicação ainda repete os locais onde aconteceriam as competições, os nomes de todos os cursos participantes e informa as partidas que aconteceriam naquele dia com seus respectivos horários e locais.
76	“Engenharia goleia Colégio de Aplicação” O Popular, 23/11/1989	O periódico descreve com detalhes a partida de futebol entre o curso de Engenharia e o Colégio de Aplicação que terminou com placar de 10 a 2 para os universitários. Inclusive cita os nomes de todos os jogadores e árbitro. A publicação também apresenta os outros resultados das outras partidas da mesma modalidade e uma tabela com as disputas que aconteceriam naquele dia.
77	“Odontologia e Medicina são campeãs” O Popular, 24/11/1989	São informados os resultados nas categorias feminina e masculina do tênis de mesa, vencidas pela Medicina e Odontologia, respectivamente. A reportagem ainda menciona que dois atletas da seleção goiana de tênis de mesa se enfrentaram numa final de nível técnico muito alto: Márcio Moriya (Medicina) e Harley Guimarães (Odontologia). Mais uma vez há a preocupação em identificar a arbitragem.
78	“Engenharia e Medicina na decisão” O Popular, 25/11/1989	A reportagem anuncia a expectativa em torno da final do futebol a ser protagonizada pelas classificadas Medicina e Engenharia, citando a escalação de ambos times.
79	“Jogos seguem com natação e atletismo” O Popular, 26/11/1989	São anunciadas as programações das disputas do atletismo, na pista da ESEFEGO, natação, no Clube Ferreira Pacheco, com seus respectivos horários e provas; e o início das partidas de voleibol.
80	“Final de futebol tem Engenharia e Medicina” O Popular, 28/11/1989	Mais uma vez O Popular noticia a final entre Medicina e Engenharia com empolgação. Cita a trajetória das equipes durante a competição, os nomes dos atletas, e também menciona a disputa pelo terceiro lugar entre o Direito e servidores da UFG. Foram informados também os resultados da natação, atletismo, handebol e judô.

81	“Engenharia ganha título nos pênaltis” O Popular, 29/11/1989	A reportagem descreve com riqueza de detalhes (mais uma vez citando todos os atletas que entraram em campo) a final entre Medicina e Engenharia, vencida pelo segundo, que foi encerrada com um 4 a 3 nos pênaltis após um empate de 1 a 1 no tempo regular.
82	“Veterinária ganha título com goleada” O Popular, 30/11/1989	“Foi como diria Nelson Rodrigues. Há 10 mil anos estava escrito que a veterinária seria campeã de futebol de salão dos oitavos Jogos Internos da UFG.” O curioso trecho inicia o texto que noticia a vitória da Veterinária sobre a time do curso de Odontologia na noite anterior. Mais uma vez uma matéria apresenta com riqueza de detalhes os lances da partida, os componentes das equipes, o local – Ginásio de Esportes de Campinas – e a arbitragem responsável pela final. A publicação também informa o local e horário que aconteceria o encerramento dos Jogos naquele mesmo dia.
83	“Ciclismo, tênis e basquetebol”	O anexo publicado no mesmo exemplar da notícia anterior informa os resultados do ciclismo, disputado no anel rodoviário do Campus II da UFG e vencido pela Educação Física tanto na disputa feminina, quanto masculina; basquete, vencido pela Engenharia em disputa com a Medicina; embora mencionado no título, o tênis não foi incluído na reportagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção historiográfica no campo da Educação Física ainda apresenta muitas lacunas, principalmente no que concerne à obrigatoriedade das práticas corporais instituída durante a ditadura militar através do Decreto-Lei no 69.450, de 01 de novembro de 1971. Isso porque pode-se considerar que a bibliografia predominante e mais frequentemente difundida em meio acadêmico que trata da Educação Física no período em questão não se enquadra exatamente como pesquisa historiográfica, já que se limita a analisar textos oficiais e suas possíveis influências e consequências no processo de ensino. Correntes que surgiram mais recentemente procuram complementar essa bibliografia já consolidada preocupando-se em incluir na narrativa histórica os personagens que foram diretamente atingidos pela obrigatoriedade ou os que colaboraram diretamente para que a determinação acontecesse.

O cenário da história da Educação Física em Goiás é ainda mais preocupante, considerando a escassez de pesquisas científicas nesse recorte local. As poucas pesquisas existentes sobre o tema foram de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho e espero com otimismo que o mesmo sirva como um útil material de consulta às futuras produções no campo da historiografia da educação física em Goiás.

No decorrer da pesquisa, algumas questões norteadoras postas no início do processo foram respondidas com maior ou menor exatidão, a depender das evidências encontradas nas fontes de pesquisa. A respeito da realidade da Universidade Federal de Goiás em relação à forma como a instituição lidou com a obrigatoriedade da prática da educação física posta a todos os cursos de nível superior a partir da década de 1970, acredito que as fontes encontradas comprovam que a adequação da UFG à imposição se deu de forma lenta e gradual, dentro das possibilidades e limitações da jovem universidade. As dificuldades enfrentadas pela instituição para se fazer cumprir a determinação federal não eram qualquer exclusividade da UFG e os decretos instituídos através da força não faziam com que esses obstáculos simplesmente desaparecessem.

Por meio de resoluções e após anos de publicação do decreto que instituiu a obrigatoriedade da prática da educação física, a UFG começou a se mover no sentido de fazer valer a determinação. Uma resolução cria a Coordenação de Educação Física e

Desportos (CEFD/UFG), que além das responsabilidades em relação às aulas práticas e frequência, controle, avaliações e situação dos alunos, acumulava também atribuições além daquelas estabelecidas institucionalmente, buscando dar visibilidade à educação física entre a comunidade acadêmica da UFG e à própria sociedade, com o intuito de expandir, valorizar e consolidar a área no território goiano. Índícios mostraram que não só era uma preocupação da coordenação, mas uma determinação à mesma, que sua interferência extrapolasse os muros da universidade e ocupasse também o espaço urbano de Goiânia, estendendo à população possibilidades de lazer e práticas corporais num período em que a jovem cidade em desenvolvimento e expansão não havia muito o que oferecer nesse sentido.

Entre as iniciativas do órgão é possível levantar, dentre muitas intervenções, os Jogos Internos da UFG. O evento aconteceu anualmente por quase uma década e contava com a participação de centenas de atletas entre alunos da UFG e do Colégio de Aplicação, servidores e professores da UFG, disputando diversas modalidades em vários locais distribuídos pela capital goiana. O evento foi amplamente coberto pela imprensa periódica da época e essas publicações fazem parte do acervo do Centro de Memórias da UFG, no Campus II da universidade. Por meio desta pesquisa foi possível democratizar o acesso de pelo menos parte dessa fonte até então restrita ao espaço do acervo do Centro de Memórias. Após a análise desse material é possível afirmar que, embora houvesse o caráter de esporte de rendimento durante os jogos em questão, há fortes indicadores de que eles estimularam também a inclusão (seja por reunir diferentes grupos da comunidade da UFG, seja pelas adaptações a fim de incluir indivíduos com limitações físicas), foram fonte de protestos e reivindicações, e ocuparam a cidade levando não só o nome da educação física, como o da própria UFG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Wesley Batista. Educação física escolar no período da ditadura militar em Jundiaí-SP / Wesley Batista Araújo: São Paulo, 2011.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Forense/Edusp: São Paulo, 1981.

BARATA ZICMAN, Renée. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 4, out. 2012. ISSN 2176-2767. Acessado em: 01/04/2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12410/8995>>.

Bardin, L. (2006). Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

BRASIL. Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Acessado em: 28/03/2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1044.htm>.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Acessado em: 01/04/2019. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em 01/04/2019.

BRASIL. Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016. Acessado em: 01/04/2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>.

CARDOSO DA MOTA, Vânia; FRIGOTTO, Gaudêncio, Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). Educação & Sociedade [en linea] 2017, 38 (Abril-Junio) : Acessado em: 29/03/2019 Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87351644006>> ISSN 0101-7330

CARVALHO, Carlos Henrique de; FILHO, Geraldo Inácio. Debates educacionais na imprensa: republicanos e católicos no Triângulo Mineiro – MG (1892-1931). In: SCHELBAUER, Analete Regina; ARAÚJO, José Carlos Souza. **História da educação pela imprensa**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p 53-84.

CARVALHO, Carmen. “Segmentação do jornal, a história do suplemento como estratégia de mercado”. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5, 2007, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/resumos/R0136-1.pdf>>.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas, SP; Papirus, 1988.

FERREIRA, H. S. Percepção sobre qualidade de vida entre crianças de 4 a 6 anos: educação (física) na escola. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2005.

FERRETI, Celso João; RIBEIRO DA SILVA, Mônica, Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. Educação & Sociedade [en linea] 2017, 38 (Abril-Junio) : Acessado em: 29/03/2019 Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87351644008>> ISSN 0101-7330

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FRAGA, Wasen Gerson. Futebol, imprensa e ditadura. Das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., Anais... São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011. Anais eletrônicos. Acessado em: 28/03/2019. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300985039_ARQUIVO_Dasformiguinha_sdeGeisel.pdf>.

NASCIMENTO, Fabiana Alzira Ramos. ESEFFEGO: imagens do pioneirismo da Educação Física em Goiânia. <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2815>

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. IN: CATANI, Denice B.; BASTOS, M. Helena C. (orgs.). Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação, São Paulo: Escrituras, 2002, p. 11 – 31.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educação Física e ditadura militar no Brasil (1968-1984). In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p.51-75, jan./jun.2002.

OLIVEIRA, VitorMarinho de. O que é educação física. São Paulo: Brasiliense, 1983. Disponível em: <file:///D:/Downloads/CorreaLigiadeMoraesAntunes_TCC.pdf> Acessado em: 28/03/2019.

PERISSINOTTO, Renato M. Hannah Arendt, poder e a crítica da “tradição”. **Lua Nova**, São Paulo, nº61, 2004.

PINTO, J. F. Representações de esporte e Educação Física na ditadura militar: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos DEDINHO (1968-1974). Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

PINTO, R. N.; MUNIZ, V. H. R. Uma prática fora do lugar: educação física e esportes na UFG (1973-1983) In: III Encontro de História da Educação da Região Centro-Oeste. Anais eixo 3. Catalão, 2015. p. 687-699.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REI, B. D. ; LUDORF, S. M. A. . Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. Revista da Educação física (UEM. Online), v. 23, p. 83-497, 2012.

SCHELBAUER, Analete Regina. Entre anúncios e artigos: registros do método de ensino intuitivo do jornal província de São Paulo (1875-1889). In: SCHELBAUER, Analete Regina; ARAÚJO, José Carlos Souza. **História da educação pela imprensa**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p 07-30.

SIQUEIRA ESQUINSANI, Rosimar Serena. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. Educação Unisinos, vol. 11, núm. 2, mayo-agosto, 2007, pp. 103-110 Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil

SOARES, A.J. Futebol, raça e nacionalidade no Brasil: releitura da história oficial. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado) - Universidade Gama Filho. _____. História e a invenção de tradições no campo do futebol. Estudos Históricos, v.13, n.23, 1999.

SOBRINHO, D. C. O importante é...: Breves considerações sobre aspectos das relações entre mídia e esporte. In: Anais do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Porto Alegre, 2004. Acessível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/75440349957597230095317192130503520236.pdf>>

SOUSA, L. C. S. Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de geisel à abertura de Telê. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011, pp. 1-17.

Disponível

em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300985039_ARQUIVO_Dasformig_uinhasdeGeisel.pdf

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968– 1984) e a experiência cotidiana de professores da rede municipal de ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. Políticas públicas para a Educação Física escolar no Brasil durante a ditadura militar: uma só representação? Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 151-178, 2003b.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.